

Este livro adota como objeto de reflexão o Conceito de Alienação em Karl Marx (2001). A tentativa em retomar o conceito de alienação expresso, sobretudo, na obra “Manuscritos Econômico-Filosóficos”, buscando aproximar-se ao máximo de sua originalidade, constitui o centro deste trabalho. Em que consiste a alienação para Karl Marx, quais os elementos constitutivos de seu conceito, bem como os ecos do conceito marxiano da alienação para a contemporaneidade são as questões desenvolvidas ao longo do trabalho. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de caráter teórico-filosófico, sob a orientação metodológica do materialismo histórico-dialético. No que concerne à obra referencial “Manuscritos Econômico-Filosóficos”, embora ela seja de cunho filosófico, os elementos que analisa são históricos, compõem as condições reais de vida e de existência do homem, indicando sua razão, seu pensar, bem como suas condições materiais.

Gleidimar Alves de Oliveira é Doutora em Filosofia pela UFPB-UFPE-UFRN (2018), Mestre em Filosofia pela Universidade Federal da Paraíba (2010) e Licenciatura em Filosofia pela Universidade Federal do Maranhão (2007). Pesquisadora no Núcleo de Estudos do Pensamento Socialista – NEPS cadastrado no CNPq, atuando na linha de pesquisa “Marxismo, crise econômica e classes sociais no capitalismo”. Professora substituta da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) 2011-2013. Professora prestadora de serviço da Faculdade Santa Emília de Rodat (FASER) 2012-2013. Tem experiência na área de Filosofia atuando principalmente nos seguintes temas: filosofia, educação, metodologia, sociologia e teoria do conhecimento.



As Faces da Alienação em Karl Marx

Direção Editorial

Lucas Fontella Margoni

Comitê Científico

Prof.^a. Dr.^a. Maria Olília Serra

Universidade Federal do Maranhão - UFMA

Prof. Dr. Almir Ferreira da Silva Júnior

Universidade Federal do Maranhão - UFMA

Prof. Ms. William Coêlho Filho

Universidade Federal do Maranhão - UFMA

As Faces da Alienação em Karl Marx

Da vida produtiva à vida genérica

Gleidimar Alves de Oliveira



Diagramação: Marcelo A. S. Alves

Capa: Carole Kümmecke - <https://www.behance.net/CaroleKummecke>

Arte de Capa: Vladimir Kazanevsky

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.



Todos os livros publicados pela Editora Fi estão sob os direitos da [Creative Commons 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR) https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



Associação Brasileira de Editores Científicos

<http://www.abecbrasil.org.br>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

OLIVEIRA, Gleidimar Alves de

As Faces da Alienação em Karl Marx: da vida produtiva à vida genérica [recurso eletrônico] / Gleidimar Alves de Oliveira -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019.

79 p.

ISBN - 978-85-5696-565-3

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. Alienação; 2. Marx; 3. Trabalho; I. Título

CDD: 100

Índices para catálogo sistemático:

1. Filosofia 100

Aos meus pais, aos meus filhos e aos homens
que fazem de sua existência eterno instrumento
contra a exploração de um homem contra outro.

Agradecimentos

A realização deste trabalho é resultado do esforço e dedicação existentes em qualquer pesquisa científica, mas, ao mesmo tempo, fruto da colaboração e do apoio recebido por pessoas aqui registradas.

Agradeço primeiramente a minha orientadora, Professora Doutora do Departamento de Filosofia, Maria Olília Serra, não simplesmente pela orientação prestada, mas sobretudo, pela dedicação, senso crítico e livre, disciplina e rigor científico com que conduziu a orientação, condutas estas que muito me auxiliaram no amadurecimento teórico. Agradeço também o apoio que me deu, o estímulo e a credibilidade em minha capacidade de concluir este trabalho, o que considero determinante para a etapa atual.

Agradeço com semelhante sinceridade e gratidão ao meu coorientador, Professor Doutor do Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Maranhão Baltazar Macaíba de Sousa, pelos inúmeros esclarecimentos teóricos bem como pelo apoio e incentivo, elementos fundamentais para a realização do trabalho.

Quero eternizar meu apreço ao Professor Doutor do Departamento de Filosofia, Helder Machado Passos, pelas contribuições legais, pela confiança e carinho com que me tratou em todos os momentos.

Dedico também minha enorme estima ao Professor Doutor em Filosofia, Almir Ferreira da Silva Júnior, pelo conteúdo teórico, cujas explicações foram imprescindíveis e, sem elas, a conclusão da pesquisa estaria inacabada.

Sou grata ao Colegiado do Curso de Filosofia dessa Universidade por ter deferido meu pedido de readmissão ao mesmo, podendo dar continuidade ao trabalho monográfico.

Apresento a mais inteira gratidão à Professora Especialista Carmem Maria Almeida Portela e ao professor mestrando Marcelo Magno Corrêa Antunes, pelas ricas palavras de carinho, apoio e incentivo que manifestaram, enchendo-me de esperanças, palavras que foram fundamentais para finalizar minha pesquisa.

Sou grata aos funcionários e aos técnicos-administrativos, Luís Augusto Gomes de Almeida e José Egídio Teixeira Filho, pela gentileza com que sempre me receberam, o que me impulsionava a prosseguir nas tarefas do dia seguinte.

Enfim, agradeço a todos que, embora anônimos nesta página, contribuíram de forma direta ou indireta para a realização deste trabalho.

“Uma relação social definida, estabelecida entre os homens, assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. Para encontrar um símile, temos de recorrer à região nebulosa da crença. Aí, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, figuras autônomas que mantêm relações entre si e com os seres humanos. É o que ocorre com os produtos da mão humana, no mundo das mercadorias”.

Karl Marx

Sumário

Prefácio	15
Baltazar Macaíba de Sousa	
2	23
Antecedentes do fenômeno da alienação em Karl Marx:	
Hegel e Feuerbach	
2.1 Hegel: a concepção lógico-espiritualista da alienação.	24
2.2. Ludwig Feuerbach e a teoria da alienação religiosa como consciência autônoma e subjetiva.	32
3	39
O conceito marxiano de alienação	
3.1 A alienação do trabalho mediante seu produto.....	41
3.2 A alienação da produção.....	47
3.3. A Alienação da vida genérica.....	49
4	59
As implicações do conceito de alienação para a contemporaneidade - Erich Fromm: a influência frankfurtiana e psicanalítica	
4.1 Marx e Fromm	
5	73
Considerações finais	
Referências	77

Prefácio

Baltazar Macaíba de Sousa

Um prefácio para uma obra filosófica, conforme Hegel em “A fenomenologia do Espírito” prefigura inadequado porque “a filosofia reside essencialmente no elemento da universalidade, que contém em si o particular, nela mais do que nas outras ciências parece que a coisa mesma, e justamente na perfeição da sua essência, deveria exprimir-se no fim e nos resultados” (Hegel). Neste sentido, este prefácio, como uma tentativa de antecipação aos resultados alcançados por Gleidimar Alves, em seu texto “As Faces da Alienação em Karl Marx: da vida produtiva à vida genérica”, é bastante limitado. É verdade que a investigação da autora sobre o conceito de alienação se afasta do senso comum. Sua exposição do conceito está fundamentada na “obra” os “Manuscritos Econômico-filosóficos”, escrita em 1844 por Karl Max.

A alienação não é tratada como um fim em si mesma, mas como um problema histórico e secular das sociedades nas quais a divisão social do trabalho e a divisão de classes predominam o suficiente para determinar no homem uma consciência alienada, sob a base de uma existência igualmente estranha às suas origens. A alienação se manifesta no trabalho e na divisão do trabalho, sobretudo com a expansão da propriedade privada, resultado do trabalho alienado que é uma criação do homem, ou seja, a propriedade privada é produto do trabalho alienado.

O ato de trabalhar deixou de ser parte da natureza do homem e passou a ser castigo, escravização, mortificação. O operário (trabalhador) só se sente bem fora do trabalho, no ócio. Isso é resultado de dois processos presentificados na produção capitalista moderna: a) no processo de trabalho o homem se afasta

das suas forças criadoras; b) os homens se tornam estranhos às suas criações, aos objetos produzidos por eles. Significa que os homens estão alienados dos outros homens. O homem se torna escravo das coisas e a perversão dos valores passa a reinar na sociedade. A alienação se manifesta com a máxima fidelidade de suas características na relação do trabalhador ante seu produto, relação de perda do produto. O trabalho e suas criações se separam do homem, tornam-se independentes dele. A relação capitalista da produção é fator determinante para o avanço da relação alienada, pois aí consiste a legitimação da propriedade privada, consequentemente da separação e perda do produto do trabalho.

Os pensadores dos séculos XVIII e XIX foram profundamente críticos à realidade coisificada, entre eles se destacam: Rousseau, Goethe, Fichte, Schelling, Hegel e outros. Nesse sentido, é possível identificar a alienação do homem em outras referências: propriedade privada, no próprio ato da produção, na sua relação com a natureza, na forma como se porta perante a própria espécie, na relação do homem com seres divinos; ainda mais, ficam excluídas para Marx outras explicações acerca da alienação, tais como: explicações idealistas, lógicas, psicológicas, uma vez que estas se fundamentam em elementos outros, distintos do trabalho alienado.

O realce lógico e idealista sobre a alienação é apresentado com base em Hegel e Feuerbach. A alienação se efetiva quando a existência do homem fica alheia à sua essência. O fundamental para o idealismo não é a materialidade, o mundo sensível, mas a universalidade enquanto tal. Isso não significa que a ideia não assuma forma material, ao contrário, para se realizar tende a se materializar, exteriorizar e efetivar. A alienação no sistema hegeliano assume uma forma positiva, porque a verdade da ideia aparece à consciência e o conceito se apresenta de forma indissociável na forma objetiva, na coisa, na matéria, por isso, na arte como uma forma positiva de exteriorização (alienação) do espírito, “o belo defini-se, pois, como a manifestação sensível da ideia” (Hegel).

O enfoque psicológico da alienação é exposto Erich Fromm, que traduz a alienação como a passividade do homem. Fromm resgata o conceito de alienação no Velho Testamento através do conceito de idolatria, adoração das imagens e das criações humanas. A idolatria se constitui quando o homem cria objetos (imagens) e transfere poderes às coisas. A alienação como passividade do homem em relação ao objeto (imagem) pode está presente em várias criações humanas: na arte, na música, nas Ideias, nos símbolos e mitos. A idolatria é sempre a adoração de algo criado pelo homem quando este passa a se submeter às coisas, imagens, objetos. A relação dos homens com suas criações passa a ser indireta. Assim, o homem se separa de suas próprias forças. Fenômeno que é possível também identificar na linguagem, quando o homem transfere para as palavras as realidades muitas vezes não vividas por ele: amo uma atriz qualquer, que está em outro mundo distante do seu mundo vivido (experienciado). Aqui a alienação equivale ao homem dominado pelo pecado, ao homem que abandona o Deus que existe dentro dele.

No conceito de alienação em Marx se evidencia não somente a crítica à distribuição capitalista, mas, essencialmente, ao modo de produção capitalista que escraviza o operário e desrealiza o homem como ser de uma espécie. A preocupação de Marx não é a distribuição de renda, mas a libertação do homem de um tipo de trabalho: o trabalho alienado. Porque este tipo de trabalho afasta o homem da sua espécie e o aliena em um ser individual, abstrato; fazendo o homem perder sua consciência de espécie, de ser genérico, de humano.

A alienação se efetiva quando o homem não se vivencia, quando ele não se encontra com o ato produtivo. Não se pode compreender o conceito do homem ativo de Marx (humano ativo) se não compreender o conceito de alienação: negação da vida produtiva. O ato da produção torna-se escravizador. A alienação atinge seu auge na sociedade capitalista, embora tenha existido em outras sociedades. Marx adverte sobre as consequências

desastrosas da alienação para a humanidade, desde a destruição das forças produtivas até à aniquilação do homem enquanto ser genérico, diga-se, do trabalhador, pois é sobre este que se abate a perda do produto do trabalho. O homem de classe oposta à classe do trabalhador se realiza nessa forma de relação de trabalho.

Finalmente, “As Faces da Alienação em Karl Marx: da vida produtiva à vida genérica” responde a duas perguntas centrais acerca da alienação: a) em que consiste a diferenciação da análise marxista em relação à análise idealista?; b) por que a análise de Marx não pode ser confundida com a análise frankfurtiana de Erich Fromm?. Estas duas questões tematizadas por Gleidimar Alves já justificam sua obra e a torna leitura imprescindível para quem deseja refletir sobre o conceito de alienação, porque a autora, com sabedoria filosófica, soube se afastar da razão morta e se apegar às formas vivas do mundo.

João Pessoa, março de 2019.

Introdução

Este ensaio adota como objeto de reflexão o Conceito de Alienação em Karl Marx (2001). A tentativa em retomar o conceito de alienação expresso, sobretudo, na obra “Manuscritos Econômico-Filosóficos”, buscando aproximar-se ao máximo de sua originalidade, constitui o centro deste trabalho. Em que consiste a alienação para Karl Marx, quais os elementos constitutivos de seu conceito, bem como os ecos do conceito marxiano da alienação para a contemporaneidade são as questões desenvolvidas ao longo do trabalho. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de caráter teórico-filosófico, sob a orientação metodológica do materialismo histórico-dialético. No que concerne à obra referencial “Manuscritos Econômico-Filosóficos”, embora ela seja de cunho filosófico, os elementos que analisa são históricos, compõem as condições reais de vida e de existência do homem, indicando sua razão, seu pensar, bem como suas condições materiais.

Como parte da elaboração do tema, destaca-se a influência de Hegel (1985) e de Feuerbach (1994) sobre Marx, justificando então o primeiro capítulo que expõe na sua primeira seção a ideia de Hegel acerca da alienação enquanto parte da dialética do filósofo. A seção demonstra ainda a primazia de Hegel¹ ao entendimento da alienação sob o aspecto essencialmente filosófico.

¹ Não significa afirmar que pensadores anteriores a Hegel não tenham se dedicado a compreender a alienação, entretanto, limitavam-se aos aspectos metafísico, jurídico ou mesmo político sem o reconhecimento de ser ela um fenômeno próprio da filosofia. (LEFEBVRE, 1988).

Dessa forma, para auxiliar na fundamentação recorre-se a autores como Bobbio (1995), Schatz & Winter (1976), Lessa (2001)².

Sobre Feuerbach, procura-se mostrar sua ideia de alienação centrada na relação religiosa (autoalienação) que é separada das relações materiais entre os homens, em uma tentativa de explicar o sentimento religioso dos homens como manifestação abstrata, sem relação com seu mundo real. Embora Feuerbach se oponha ao hegelianismo, termina por conservar sua ideia principal, uma vez que considera as representações, ideias e os conceitos enquanto produtos autônomos da consciência. A autoalienação religiosa feuerbachiana se enquadra nesta compreensão, tornando-se o ponto crítico entre Feuerbach (1994) e Marx³.

Marx retoma este problema alertando que a origem da alienação do homem não está necessariamente na religião e sim nas relações de trabalho e que a religião é apenas reflexo e/ou manifestação dessas relações concretas, apesar de a alienação se manifestar também através da religião e esta expressar o espírito alienado da humanidade.

Quanto ao segundo capítulo, expõe a forma como Marx interpreta a alienação humana: uma condição concreta da vida e das relações produtivas e materiais dos homens, sobre qual elemento ela está assentada, sua origem e desenvolvimento, formas de manifestação e as condições de superação dessa

² Outro filósofo resgata zelosamente o caráter de primazia de Hegel sobre a questão da alienação, esclarecendo, inclusive, as diferenças teóricas entre o hegelianismo e o marxismo: Lefebvre. O valor marxista de seus trabalhos é aporte teórico a esta pesquisa. “Marx (...), da fenomenologia hegeliana, reteve, sobretudo, a célebre e obscura noção de alienação”. Lefebvre (1988, p. 23): “O marxismo recusa estabelecer uma hierarquia exterior aos indivíduos (metafísica); por outro lado, porém, não se encerra, como o individualismo, na consciência do indivíduo e no exame desta consciência isolada (...) O marxismo toma conhecimento de realidades que escapam ao exame de consciência individualista: são as realidades naturais (a natureza, o mundo exterior), práticas (o trabalho, a ação), sociais e históricas (a estrutura econômica da sociedade, as classes sociais, e etc)”. Lefebvre (1988, p. 11, 12).

³E a religião é, de fato, a autoconsciência e o sentimento de si do homem que ou não se encontrou ainda ou voltou a perder-se. O homem é o mundo do homem, o Estado, a coletividade. Este Estado e esta sociedade produzem a religião, uma consciência invertida do mundo, porque eles são um mundo invertido. (...) A religião é a realização fantástica da essência humana” (MARX, 2001, p.).

alienação. O desenvolvimento descoordenado das relações materiais e da própria sociedade propicia a divisão social do trabalho, a divisão da sociedade em classes distintas e antagônicas, bem como a separação entre trabalho intelectual e trabalho físico, levando o homem à negação de si e de sua espécie. Essa negação já é em si o estranhamento do homem ao produto de seu trabalho e sua descaracterização enquanto espécie; essa nova condição de existência real (social e individual) tende a se aperfeiçoar com o advento da propriedade privada e do modo de produção capitalista que completará o processo de divisão social de classes e do trabalho. Desse modo, a alienação se manifesta principalmente na relação entre o homem e o produto do trabalho, no ato corrente da produção e na relação entre cada homem e os demais.

O terceiro capítulo expõe a interpretação de Fromm (1962, 1976) acerca da ideia de alienação desenvolvida por Marx (2001) e, num segundo momento, reafirma-se o conceito de Marx (2001) que se contrapõe à interpretação de Fromm (1962, 1976) na medida em que este entende a alienação enquanto um fenômeno psicológico, ainda que ressalte as categorias históricas marxianas da mesma.

Antecedentes do fenômeno da alienação em Karl Marx: Hegel e Feuerbach

Este capítulo expõe a concepção de alienação de Hegel e de Feuerbach, cujas categorias por eles desenvolvidas influenciaram no conceito de alienação em Marx. Hegel se apresenta-se aqui como filósofo precípua, estando dedicada a ele a maior parte do capítulo, em virtude da extensão de seus trabalhos envolvendo a questão da alienação.

Cumpra registrar que Marx recobra o problema da alienação, haja vista que o presente tema é anterior ao autor e aparece como fonte de preocupação para outros filósofos. Assim, de acordo com Bobbio et al para Rousseau, por exemplo, a alienação era entendida a partir da compreensão contratualista do Estado, como ação individual e com fins coletivo-sociais, como se demonstra a seguir:

Rousseau introduz o termo alienação para indicar a cláusula fundamental do contrato social que consiste na “Alienação total de cada associado com todos os seus direitos a toda comunidade”, de modo que “cada um, unindo-se a todos não obedeça, todavia, senão a si mesmo e fique tão livre quanto o era antes”. A alienação se apresenta, portanto, como o ato de cessão positiva que institui a vontade geral. (1995, p. 20).

Em Fichte, a alienação é anunciada, mas requer aprofundamento por não encontrar-se devidamente esclarecida, como bem constata Schatz & Winter (1976, p. 333): “Na noção de Fichte da liberdade perdida e reconquistada, reconhece-se, embora

em forma abstrata, o conceito nuclear da moderna teoria da alienação”.

Embora este tema estivesse fortemente presente nos filósofos que antecederam Marx, eles analisavam a essência humana a partir dos valores da sociedade burguesa vigente e da propriedade privada – medida para suas análises e conclusões. Logo, o conteúdo da alienação estava relacionado à questão da essência humana, sem a observação das condições materiais e históricas, ainda que, abordando a propriedade privada. Por isso, Rousseau compreende a alienação como uma cláusula contratual necessária à formação do Estado, conforme Bobbio et al (1995).

Lessa (2001, p. 89) explica com perfeição o foco de preocupação dos filósofos modernos:

O pensamento moderno abandona a concepção medieval de uma essência divina dos homens. Esta “natureza”, (...) nada mais é que a projeção à universalidade da “natureza” específica do homem burguês: acima de tudo, ser proprietário privado. (...) De Locke e Hobbes a Rousseau, a natureza humana comparece como a determinação essencial dos homens, determinação esta que impõe os limites da história e que não pode ser por esta alterada.

Diante desse quadro conceitual, Marx toma como aporte para formular sua teoria da alienação a abordagem hegeliana, abordagem esta que se baseia em uma concepção lógico-ontológica acerca da alienação, ideia a ser desenvolvida no ponto a seguir.

2.1 Hegel: a concepção lógico-espiritualista da alienação.

A alienação enquanto objeto de análise filosófica se inicia com Hegel que expõe e explicita o tema especialmente em sua obra *A Fenomenologia do Espírito*. Sobre isto, afirma Bottomore: “(...) a verdadeira história filosófica da alienação começa com Hegel (...) Seu desenvolvimento explícito como termo filosófico tem início na

Phänomenologie des Geistes (Fenomenologia do Espírito)”. (BOTTOMORE, 1989, p. 5).

Lefebvre (1988) compartilha da ideia de Bottomore (1989) no sentido de compreender que a Hegel pertence a primazia de fazer da alienação objeto de entendimento filosófico, embora posteriormente com Marx, a alienação se tornasse elemento fundamental da filosofia marxista; assim, Lefebvre confirma: “Hegel retomou a noção filosófica da alienação. Marx, porém, infundiu-lhe o seu senso dialético, racional e positivo. Trata-se de um aspecto essencial do marxismo (...)”. (1988, p. 34).

O termo alienação (*entfremdung*)¹ é utilizado para expressar estranhamento, separação do espírito com ele mesmo. A alienação em Hegel é, desta forma, parte de um processo puramente racional, lógico e dialético do espírito, no qual o filósofo apreende esse movimento, pois a filosofia é a esfera máxima de realização do espírito autoconsciente. Esta manifestação do espírito no sistema hegeliano é evidenciado na seção da fenomenologia, como observa Inwood (1997, p. 48):

A “alienação” ocorre em muitos outros contextos. Hegel fala tanto no Prefácio como no final de *FE*, de *Entfremdung* de Deus e da *Entäusserung* do espírito na NATUREZA, e da superação disso na HISTÓRIA. “A alienação é descrita de forma sumamente vigorosa em *FE* mas tanto as palavras quanto as ideias são importantes em obras posteriores de Hegel.

A alienação para a filosofia hegeliana está relacionada especialmente ao espírito, à essência como ser fundamental no movimento da vida. Significa dizer que a vida está para o desdobramento e desenvolvimento da essência. O ser espiritual começa a partir da simples ideia e/ou essência especulativa, elevando-se a espírito subjetivo até tornar-se espírito absoluto, que se desdobra em diversas esferas por determinação dialética e

¹ Em alemão, “Entfremdung: literalmente, tornar-se estranho a si mesmo”. (HEGEL, 1974, p. 19), nota de rodapé.

lógica. Nesta acepção, o espírito realiza um movimento de saída e distanciamento dele mesmo – objetivação – buscando uma alteridade (que é ele próprio refletido) e supera-se no movimento de retorno a si.

O espírito é ideia, inicialmente imediata, porque encontra-se *em si*, ou seja, nela mesma, mas após o trajeto de separação que percorre (estranhamento) o espírito adquire consciência de si e assume uma nova forma de existência mediatisada – o espírito *para si*. A este respeito, Hegel argumenta:

Veremos que o espírito passou além da vida substancial que ele levava anteriormente no elemento do pensamento – passou além dessa imediatidade da sua fé, além da satisfação e segurança da certeza que a consciência possuía a partir da sua reconciliação com a essência e com a sua presença universal interior e exterior. Não somente o Espírito passou no outro extremo da reflexão dessubstancializada de si em si mesmo, mas foi mais longe ainda. Para ele, não é apenas sua vida substancial que está perdida, outrossim, ele está consciente desta perda e da finitude que é seu conteúdo. (HEGEL, 1974, p. 14).

A fenomenologia hegeliana e seu conceito de alienação demonstram o conflito entre essência e existência no qual a segunda se esforça para negar a primeira. O conflito transmite a impressão de que há uma oposição entre sujeito e objeto pelo fato de um negar ao outro e pela relação de alteridade existente, mas o “em si” é já essência, espírito em si que ainda não tomou ciência da sua própria existência, quando ainda não atingiu o estágio de desenvolvimento e desdobramento ao “para si”. Quando o sujeito se reconhece no objeto, reconhece-o como sendo ele próprio, o conflito é superado e o espírito se realiza como autoconsciência – Espírito Absoluto. A aparente oposição é falsa, as diferenças são apenas fases determinadas do desdobramento do espírito, momentos de sua elevação em manifestações como espírito subjetivo, objetivo e absoluto.

A superação do “em si” ao “para si” é o momento de objetivação do espírito que se firma sobre sua própria imediatidade. A passagem da substância imediata à ideia consciente mediata é fundamental para o desdobramento espiritual, o que se confirma através das palavras do próprio filósofo:

O espírito, no entanto, torna-se objeto, pois ele é esse movimento de tornar-se um outro, isto é, objeto de seu Si, e de suprimir esse ser-outro. Esse movimento justamente é denominado experiência. Nele, o imediato, o não-experimentado, isto é, o abstrato, seja do ser sensível ou do simples que é apenas pensado, *se aliena e, em seguida, retorna a si desta alienação*. Somente então ele se apresenta na sua efetividade e verdade, e é também propriedade da consciência. (HEGEL, 1974, p. 270). (Grifo nosso).

A determinação lógica que leva o espírito a alienar-se é positiva, pois somente o que está alienado pode buscar desalienar-se; este é o elemento positivo do princípio da negação da negação. Desalienar-se é a condição de superação de si do espírito. O mundo da cultura constitui a esfera de realização nesta etapa de desdobramento: a cultura é o espírito alienado, que está determinado a sair de si e experienciar-se no mundo, a culturalar-se. É importante ressaltar o desenvolvimento do espírito nas suas diversas etapas, compondo o ciclo da vida, desde simples ideia até substância, história e homem. O sistema hegeliano envolvendo a alienação ocorre no plano idealista e metafísico, daí a determinação da razão sobre a história, explicando, inclusive, a anterioridade e exterioridade do espírito ao homem; assim, o mundo para Hegel é exteriorização da essência espiritual, como indica o texto a seguir:

Pero aquel espíritu cuyo sí mismo es lo absolutamente discreto tiene su contenido frente a sí como una realidad igualmente dura, y el mundo tiene aquí la determinación de ser algo exterior, lo negativo de la autoconciencia. Pero este mundo es esencia espiritual, es en sí la compenetración del ser y la individualidad; este su ser allí es la *obra* de la autoconciencia, pero asimismo una

realidad presente de uno modo inmediato, una realidad extrana a ella, que tiene ser próprio y peculiar y en la que la autoconciencia no se reconoce. (HEGEL, 1985, p. 287).

Em conformidade com o sistema hegeliano, percebe-se que o processo vital se move por determinação da razão, como desdobramento do espírito nas suas esferas de realização: política, jurídica e cultural. Apesar das diversas etapas de realização, o espírito hegeliano é filosófico, completando esse processo na filosofia.

Para a correta apreciação da alienação em Hegel, faz-se necessário entender a dialética estabelecida entre ESSÊNCIA e EXISTÊNCIA, SUJEITO e OBJETO, estes na qualidade de homem e consciência, matéria e natureza. O sujeito hegeliano tem no objeto o seu “outro”, outro momento, outra forma de existência e de expressão. O sujeito é visto de forma abstrata, isolado do homem que assume a forma apenas espiritual. Sob este propósito, Bobbio et al afirma que: “O argumento mais substancial é o fato de que para ele [Hegel] ² o sujeito da história não são os indivíduos mas é o espírito absoluto ou autoconsciência ...” (1995, p. 20). A dialética entre a essência e a existência se dá sob condições lógicas, formais do pensamento, na ideia. Logo, a base do idealismo hegeliano está no fato de a matéria, a natureza e a historicidade humana serem consequências e produtos do pensamento, serem formulações a partir deste último. Este é o eixo de sustentabilidade da ideia de Hegel sobre a alienação, ficando então, circunscrita ao abstracionismo lógico-especulativo da ideia que se rompe e se distancia de si elevando-se à ideia absoluta, universal e verdadeira, espírito filosófico, como explica Inwood (1997, p. 46): “Alienação para Hegel é o estágio de desunião que emerge de uma simples unidade e é subsequentemente reconciliado numa unidade superior, diferenciada”.

² As chaves são de minha responsabilidade.

Outro aspecto desta desunião é a transformação da ideia em conceito, em ideia absoluta, ou melhor, a essência somente chega a espírito absoluto quando este conclui sua trajetória, e se torna verdadeiro; logo, o início está determinado pelo fim, confirmando a evolução da substância ao estágio de espírito consciente:

La sustancia es, de este modo, *espíritu, unidad* autoconsciente del sí mismo y de la esencia; pero ambos tienen también la significación del extrañamiento el uno con respecto al otro. El espíritu es *conciencia* de una realidad objetiva para sí libre; pero a esta conciencia se enfrenta aquella unidad del sí mismo y de la esencia, a la conciencia *real* se enfrenta la conciencia *pura*. (HEGEL, 1985, p. 287).

Hegel acrescenta a sua teoria o elemento Cultura e a define como um dos componentes fundamentais no processo de estranhamento e superação do espírito. Na Cultura, o sujeito entra em contato direto com o Ser outro, com o conflito, com as oposições, apesar de (e exatamente por isso) propiciar a reconciliação com a essência pura da mente. Ao mesmo tempo em que encaminha o espírito para a separação do seu estado natural e primitivo, a Cultura é via de reencontro entre essência e existência. A Cultura significa o próprio espírito alienado no mundo. Ao sair de si, ele (o espírito) vivencia o mundo, entrando em estranhamento com a substância, como assegura Inwood:

R. Schacht, em *Alienation* (1971), p. 37 e seg. argumenta que em FE, VI, Hegel usa *Entfremdung* para dois fenômenos distintos: (1) o fato de que a substância social é estranha ao indivíduo; (2) a alienação ou abandono pelo indivíduo do seu eu particular e identificação com a substância universal. (1997, p. 47). (Grifo nosso).

Hegel concebe ainda o Estado (o poder do Estado) a riqueza e outros elementos como entidades alienadas do homem. Para ele, o Estado é racional e como tal, expressão dos indivíduos na sua forma espiritual, assim, Inwood (1997, p. 123) explica: “Em

contraste com a família e a sociedade civil, o estado está associado à AUTOCONSCIÊNCIA”. E mais: “O fim racional do homem é a vida no estado”. (INWOOD, p. 125).

Outro elemento de relevância que se destaca no pensamento hegeliano é a Cultura traduzida como espírito alienado de si e explicitada no texto *La cultura y su Reino de la Realidad*, que compõe a seção “O Espírito Estranhado de Si mesmo”, da obra *Fenomenologia do Espírito*³:

El espíritu de este mundo es la esencia espiritual impregnada por una autoconciencia que se sabe presente de un modo inmediato como *esta autoconciencia* que es *para sí* y que sabe la *esencia* como una realidad opuesta a ella. Pero la existencia de este mundo, lo mismo que la realidad de la autoconciencia, descansa sobre el movimiento en que esta personalidad suya se enajena, haciendo surgir con ello su mundo y comportándose frente a éste como frente a un mundo extraño y como si de ahora en adelante tuviera que apoderarse de él. Pero la renuncia a su ser para sí es ella misma la creación de la realidad, y gracias a ella se apodera, por tanto, inmediatamente, de ésta. Dicho de otro modo, la autoconciencia sólo *es algo*, sólo tiene *realidad [Realität]* en la medida en que se extraña de sí misma; se pone así como universal, y esta su universalidad es su validez y su realidad. Esta igualdad con todos no es, por tanto, aquella *igualdad* del derecho, no es aquel inmediato ser reconocido y valer de la autoconciencia sencillamente porque es, sino que vale porque, gracias a la mediación del extranamiento, se ha puesto en la consonancia con lo universal. La universalidad privada de espíritu del derecho asume dentro de sí y legitima todo modo natural del carácter como del ser allí. Pero la universalidad que aquí vale es la universalidad que ha *devenido* y es por esto real. (HEGEL, 1985, p. 289).

³ *Fenomenologia do Espírito* (*Phänomenologie des Geistes*, 1807) começou a ser escrita por Hegel em 1805, concluída em 1806 e somente em 1807 foi publicada. O autor preparava a 2ª edição quando foi interrompido pela morte em (1831). Esta obra constitui a primeira parte do “Sistema da Ciência” projetado por Hegel e que deveria seguir com a publicação da *Ciência da Lógica* (1812 – 1816), mas com a publicação da *Enciclopédia das Ciências Filosóficas* (1817), não teve prosseguimento. A *Fenomenologia do Espírito* está dividida basicamente em seis densas seções, além do prefácio, que tratam de fundamentar científica e filosoficamente o saber puro e verdadeiro.

Sendo a Cultura o espírito que se alienou de si próprio, Hegel explica o conceito de alienação como o desdobramento do espírito que se desenvolve de simples essência à autoconsciência. O espírito alienado é autoconsciência em forma de ideia imediata que ainda não se reconhece como tal e, por isso, estranha-se com a sua autoconsciência. A oposição entre essência e existência é o confronto entre dois mundos diferentes na imediatidade, porém são apenas momentos diferentes do ciclo vital da essência – do espírito. O estranhamento do espírito de si mesmo promove o surgimento de um novo mundo, o mundo da realidade, que nada mais é que a essência se revelando a si própria, tornando-se real perante si.

Não obstante, alienar-se é a auto-renúncia da essência. Esta renúncia tem a importância de tornar a essência universal e verdadeira; é o elemento que possibilita transparecer a realidade da autoconsciência, bem como a diferenciação positiva de si no outro mesmo, no seu devir. A alienação é o que permite a superação da própria alienação do espírito. E se este não se estranha a si próprio, não se aliena e não se posta na sua realidade imediata, não pode elevar-se à realidade absoluta, nem ao seu reconhecimento como espírito absoluto desalienado e universal. Cumpre registrar novamente que a compreensão acerca da alienação e as categorias formuladas por Hegel fazem parte da sua interpretação idealista do mundo, que implica necessariamente: o desenvolvimento do espírito, como precursor da matéria e da história, a anterioridade e a exterioridade da razão ao homem.

A influência do idealismo hegeliano e sua teoria da alienação têm continuidade através de Ludwig Feuerbach⁴ com seu conceito

⁴ Ludwig Andreas Feuerbach (julho de 1804 a setembro de 1872) nasceu na região da Baviera, Alemanha. Filósofo materialista neo-hegeliano posicionou-se contra o monarquismo e exerceu grande influência na Alemanha na década de 1840, na Rússia e na França até as décadas de 1850 e 1860, devido as suas ideias progressistas quanto à política e filosofia. Criticou e rejeitou os princípios da Razão Pura e da religião, firmando-se como principal figura antiteológica do século XIX ; em 1870

neo-hegeliano da alienação religiosa, apesar de sua concepção materialista. Porém, como definiu o próprio Marx⁵, um materialismo contemplativo, o que levou Feuerbach (1994) à conservação da metafísica hegeliana.

O próximo ponto, portanto, está dedicado à contribuição feuerbachiana para o conceito da alienação de Karl Marx.

2.2. Ludwig Feuerbach e a teoria da alienação religiosa como consciência autônoma e subjetiva.

O materialismo de Feuerbach (1994) foi importante para desmistificar a noção predominantemente idealista de um mundo regido pelo abstracionismo da essência e pela pura determinação espiritual. Ele abriu caminho para a revelação de uma “nova” compreensão da realidade, para a qual a atividade humana é preponderante ante a atividade do espírito, contribuindo para o desenvolvimento do materialismo histórico.

A teoria feuerbachiana, entretanto, não rompeu os grilhões da escola hegeliana, ao considerar a atividade sensível distinta da atividade humana e ao separar o mundo sensível humano em dois: um religioso e outro mundano. O primeiro determinando o segundo; assim, Feuerbach (1994) se dedicou ao problema da alienação religiosa e a entendeu como a causa dos diversos problemas humanos. Para ele, a alienação religiosa representava a essência dos males do homem. Portanto, nesta concepção, reside a diferença fundamental entre Feuerbach (1994) e Karl Marx (2001).

Feuerbach (1994) não elaborou um novo conceito de alienação; ele interpretou a alienação religiosa dando-lhe status de “autoalienação religiosa”, por isso a compreensão feuerbachiana de um mundo duplicado que é autônomo entre si e de essências

ingressou no Partido Social-Democrata alemão. É justo o mérito que lhe é atribuído de grande filósofo e influenciador dos jovens Marx e Engels. (BOTTOMORE, 1988).

⁵ A “concepção de Feuerbach do mundo sensível limita-se, por um lado, à mera contemplação deste, e, por outro, à mera sensação”. (MARX, 1981, p. 33).

igualmente autônomas. De acordo com Labica (1990, p. 96), reduplicação: “A reduplicação (*Verdopplung*), que foi a obra de Feuerbach por excelência”.

Feuerbach (1994) entendia a autoalienação religiosa e sua essência abstraídas do processo histórico; dessa forma, o sentimento religioso estaria presente nos indivíduos isoladamente, ligando naturalmente uns aos outros. Sua compreensão da alienação se verifica na obra que trata da questão religiosa, *A Essência do Cristianismo*⁶ quando argumenta:

Deus é a essência *separada e isolada* do homem, logo, ele não pode agir *a partir de si*, logo, todo o bem provém de Deus. Quanto *mais subjetivo* é Deus, tanto mais o homem se *aliena* da sua *subjetividade*, porque Deus *per se* é o seu si-mesmo alienado, que ele todavia volta, simultaneamente, a reivindicar para si. (FEUERBACH, 1994, p. 37).

A ideia feuerbachiana de autoalienação traz um aspecto particular sobre a alienação: primeiro demonstra a alienação religiosa originando-se de um mundo independente da atividade sensível humana, da prática dos homens. Segundo, embora Feuerbach reconheça a realidade e o mundo sensível, compreendendos como objetos subjetivos. Em outras palavras: a realidade não é vista como atividade humana, prática e social, é sim, objeto de contemplação do indivíduo isolado. Nas *Teses sobre Feuerbach*, tese um (1), Marx assim expõe esta questão:

A insuficiência principal de todo o materialismo até aos nossos dias (o de Feuerbach incluído) é a de a coisa (*Gegenstand*), a realidade, o mundo sensível, serem tomados apenas sob a forma do *objecto* (*Objekt*) ou da contemplação (*Anschauung*). (MARX, ENGELS, 1981, p. 103).

⁶ A *Essência do Cristianismo* (*Das Wesen Des Christentums*), publicada pela primeira vez em 1844, é referência obrigatória sobre o fenômeno da religião. Eminente obra em que Feuerbach expõe a questão religiosa. Para Bottomore (1983, p. 150), Feuerbach define nesta obra “a religião como a projeção de desejos humanos”.

Feuerbach admite o conhecimento sensível – a sensibilidade, mas o mundo sensível não corresponde à atividade prática humana. Conclui-se deste raciocínio que há uma essência religiosa que aliena os “indivíduos” subjetivamente e os separa de seu mundo concreto, mas essa essência surge independente das relações sociais, embora seja ela o elo entre os indivíduos e o mundo religioso. É precisamente sobre estes elementos que Marx (1981) reafirma o vazio histórico presente na concepção feuerbachiana da alienação, expresso principalmente na *Essência do Cristianismo*. Sobre isso, nas *Teses Sobre Feuerbach*⁷, Marx (1981), na Tese 1, lembra: “Daí que, na *Essência do Cristianismo*, apenas considere a atitude teórica como a genuinamente humana, ao passo que a práxis é apenas tomada e fixada na sua forma de manifestação sordidamente judaica”.

Marx demonstra que Feuerbach (1994) continuava preso ao idealismo, uma vez que considerava apenas com essências abstratas de dois mundos autônomos, pois: “Ele se reduz a uma troca entre essências – sobre a qual a T. 6 nos informará melhor -, mas não chega a deixar o terreno da consciência, não consegue quebrar o círculo da especulação”. (LABICA, 1990, p. 100).

Decorre ainda da compreensão feuerbachiana que o sentimento religioso é tão autônomo quanto o é o mundo religioso que existe por si só em cada indivíduo, uma vez que faz parte de sua consciência e de sua essência, essência esta que coincide com a essência religiosa, sendo esta humana, por excelência. Feuerbach (1994, p. 10) afirma:

⁷ “*Teses sobre Feuerbach*: escritas por Marx em Bruxelas, na Primavera de 1845, e contidas no livro de notas de Marx de 1844-1847 sob o título de “1. ad Feuerbach”. Elas assinalam o desenvolvimento da sua concepção materialista da história, o facto de que Marx alargara já à sociedade humana e à sua compreensão o materialismo. Nas palavras de F. Engels, “São notas para elaboração posterior, apressadamente lançadas ao papel, de modo nenhum destinadas a publicação, mas de um valor incalculável por serem o primeiro documento em que está registrado o embrião genial da nova visão do mundo.” Foram publicadas, pela primeira vez, em 1888, em apêndice ao livro de Engels, *Ludwig Feuerbach und der Ausgang der Klassischen deutschen Philosophie*. Ao Instituto de Marxismo-Leninismo anexo ao CC do PCUS se deve o título *Teses sobre Feuerbach*”. (MARX e ENGELS, 1981, p. 112).

A vida interior do homem é a vida em relação com o seu gênero, com a sua essência universal... A religião em geral, enquanto *idêntica* à essência do homem, é idêntica à *consciência de si* do homem, à consciência que o homem tem da sua essência. Mas a religião é, numa expressão geral, consciência do infinito; portanto, não é e não pode ser outra coisa senão a consciência que o homem tem da *sua* essência, a saber, de uma essência não finita, limitada, mas *infinita*. (...) As limitações da essência são também as limitações da consciência.

O trecho acima possibilita compreender a crítica de Marx (1981) a Feuerbach (1994). A questão não está na comunhão entre essência e consciência, mas sim, é bom observar que Feuerbach (1994) expressa sua ideia tanto de essência, como de consciência sem fazer referência à história (para Marx, gênese da essência humana). Por isso, Feuerbach (1994) entende o sentimento religioso enquanto um sentimento que está no interior de cada indivíduo isoladamente, embora este sentimento se encontre presente de forma generalizada em todos os indivíduos⁸.

Outrossim, para Labica (1990), Feuerbach não explica o problema concreto da alienação religiosa; apenas reafirma a autonomia da consciência religiosa e, por ser materialista, propõe a superação do mundo religioso a partir de uma inversão de caminhos a fim de que o indivíduo tome consciência da alienação religiosa, consistindo em: “estabelecer que o caminho inverso, que vai da Terra para o Céu, é o único que é bom”. (LABICA, 1990, p. 98).

Essa perspectiva feuerbachiana (ver o problema religioso separado da vida prática dos homens e negá-lo como produto social) está expressa na *Questão Judaica*⁹ pelo neo-hegeliano –

⁸ Na Tese – 7 (1981), Marx rebate essa explicação feuerbachiana ao argumentar que o sentimento religioso é um produto social e que o indivíduo (analisado por Feuerbach) é determinado por uma forma de sociedade. Uma vez que Feuerbach separa este indivíduo da sociedade, o idealiza e, ao mesmo tempo, atribui a ele uma essência religiosa autônoma e abstraída da sociedade na qual está inserido.

⁹ A Questão Judaica (Zur Judenfrage), originalmente um dos dois artigos escritos por Marx para a revista Deutsch-Französische Jahrbücher (Anais Franco-Alemães), publicada em fevereiro de 1844. A

Bruno Bauer. Ao analisar o problema, Marx (2001) faz uma contundente crítica na qual rebate a explicação de Bauer (semelhante à de Feuerbach) onde todo o problema dos judeus alemães consiste em viverem sob o aprisionamento tanto da religião judaica como em estarem subordinados a um Estado religioso cristão (Estado alemão), apontando para o entendimento que o Estado político livre de religião é o espaço de libertação do homem. Essa explicação incide sobre a ideia feuerbachiana de religião, uma vez que os conflitos entre os judeus alemães com o Estado alemão (cuja a causa é a reivindicação da liberdade) são traduzidos como um problema político-religioso, porém acima da realidade material e da vigente concepção burguesa presente na Alemanha nessa época, como bem afirma Marx (2001, p. 14):

Pela sua característica peculiar - acrescenta Bauer -, o judeu não pode ser emancipado. Enquanto o Estado permanecer cristão e o judeu continuar a seguir sua doutrina, serão ambos igualmente incapazes de conferir-se mutuamente a emancipação. (Grifo nosso).

Logo, o problema religioso é entendido por Bauer (assim como em Feuerbach) como elemento autônomo, individual, desvinculado do mundo concreto das construções sociais. A solução que propõe para a libertação dos judeus e da humanidade está em o homem, em geral, torna-se “cidadão político” - aquele que tem direitos e deveres - e que o Estado religioso é ineficaz para promover a liberdade e o pleno desenvolvimento dos indivíduos; a relação entre o Estado e a propriedade privada, o conflito entre o interesse privado e interesse público, sobretudo a consciência do homem judeu como expressão do moderno homem burguês e seu espírito capitalista (consciência que entra em choque com a mentalidade conservadora cristã acerca das relações econômicas e

revista era dirigida por Karl Marx e Arnold Ruge e só veio a público o primeiro número. O título inicial do artigo era “Sobre a questão Judaica” que expressa o início da ruptura de Marx com os jovens hegelianos, sobretudo no que diz respeito à compreensão destes sobre o fenômeno religioso.

a expansão do comércio) são elementos concretos e pressupostos indispensáveis para a compreensão da essência do religioso homem judeu e que Bauer releva. Dessa maneira, Marx faz ver que o problema dos judeus não se explica por um conflito religioso, como também não se resolve pela transformação do Estado Alemão cristão em Estado político e ressalta:

Por fim, mesmo quando se declara ateu através da mediação do Estado, isto é, ao proclamar que o Estado é ateu, encontra-se ainda envolvido na religião, porque só se reconhece a si mesmo por via indireta, através de um intermediário. A religião é apenas o reconhecimento do homem de maneira indireta; quer dizer, através de um *intermediário*. (MARX, 2001, p. 20).

Assim, em que pese a grande importância de Feuerbach como primogênito para uma nova compreensão da filosofia e do mundo, tomando o lugar do idealismo hegeliano e do seu *mundo do espírito*, a ideia feuerbachiana de autoalienação religiosa, seguramente inusitada, constituiu-se, entretanto, inaceitável para Marx devido ao tom idealista que nela se faz presente. Ademais, o conceito de alienação religiosa chamou a atenção para elementos novos a serem analisados acerca da alienação (como exemplo, a existência de dois mundos diferentes entre si ao redor de um único sujeito: o homem). Ao mesmo tempo, o conceito feuerbachiano contribuiu para o marxismo reafirmar sua concepção de alienação, sob pena de não ser superada, corroborando os pressupostos do materialismo histórico-dialético.

Karl Marx (2001) aprofundou e reelaborou o conceito de alienação, especificando suas formas de manifestação: a alienação do trabalho, a alienação religiosa e a alienação da vida genérica, em uma perspectiva que se separa inteiramente de seus antecessores. Este tema será analisado no próximo capítulo que tem como abordagem específica o conceito de alienação em Karl Marx (2001).

O conceito marxiano de alienação

O capítulo em curso exibe a ideia de Karl Marx (2001) sobre a alienação, primeiramente com uma noção geral do conceito. A seguir, serão particularizadas as modalidades pelas quais a alienação se revela no homem, ou seja, através de: (1) sua relação com o produto de trabalho, (2) sua relação com a atividade produtiva, (3) sua relação com a espécie humana e a natureza, inclusa nesta última modalidade a questão da religião. Por último, será indicada a equação para o problema da alienação humana, ou seja, os mecanismos apontados por Karl Marx (1981) para resgatar o homem da consciência e das condições alienadas.

Marx (2001) parte de um elemento real – a relação prática do mundo¹ do trabalho – para compreender o fenômeno da alienação, considerando as consequências, contradições e os sujeitos envolvidos no processo produtivo, pois para ele, é na atuação sobre o mundo objetivo que o homem manifesta-se como ser genérico e ativo. A alienação é, portanto, para Marx, a perversão e a destruição da vida e da consciência genéricas do homem, da espécie humana.

A transformação da vida livre e ativa do homem para a vida alienada é fruto do longo processo histórico da humanidade² que

¹ Nos Manuscritos Econômico-Filosóficos (2001), Marx refuta a explicação da Economia Política burguesa (Adam Smith) de procurar explicitar a divisão do trabalho a partir da propriedade privada. Para ele, este ponto de partida não esclarece nada a este respeito porque a propriedade privada é consequência do trabalho alienado.

² Fromm, ao interpretar o significado da alienação afirma ser ela parte constitutiva da história do homem: “Para Marx, a história do gênero humano é uma história do crescente desenvolvimento do homem e, concomitantemente, de crescente alienação”. (1962, p. 51).

tem o trabalho alienado como marco. Dentro do sistema prático das relações materiais, sociais e das forças produtivas, Marx (2001) vê emergir o problema da alienação humana que surge por força do desenvolvimento das relações entre os próprios homens, relações que são levadas ao extremo de transformarem o trabalho livre em trabalho alienado. Os elementos: trabalho e relações materiais são impulsionadores e determinantes para o surgimento da alienação que significa o estranhamento³ do homem objetivo com ele próprio, com sua natureza e com sua espécie.

Para Marx (1981), a alienação é uma particularidade da espécie humana, sobrevivendo por consequência do desenvolvimento natural das forças produtivas dessa espécie e das suas relações sociais e econômicas⁴. Ocorre pela evolução das forças da história; outrossim, ela é o resultado do desenvolvimento de uma incipiente consciência individualista que se aperfeiçoa a tal ponto de propiciar a divisão e a exploração do trabalho. É bom destacar que, na antiga propriedade primitiva⁵, na qual predominava a divisão natural do trabalho no seio familiar, a consciência alienada praticamente inexistia; porém, com a evolução da divisão social do trabalho e da sociedade, a consciência alienada vai se definindo racionalmente até se tornar completamente consciente, estendendo-se às sociedades indistintamente, de modo que toma forma concreta e se materializa em todas as esferas da vida do homem. Assim, Marx destaca: “A consciência que o homem tem da própria espécie altera-se por meio da alienação, de modo que a vida genérica se

³ Marx apreende de Hegel (1985) a ideia de *estranhamento*, mas para este o *estranhamento* é o do *espírito*.

⁴ Engels (1984) - “A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado” - é uma obra fundamental para quem deseja compreender a relação entre três instituições importantes (a família, o Estado e a propriedade privada) e a formação da consciência humana. Esta obra é, portanto, um estudo sobre o desenvolvimento das diversas formas de organização das sociedades, desde as sociedades mais primitivas à capitalista.

⁵Marx (1981), capítulo I, explica o processo histórico do desenvolvimento das forças produtivas, as principais formas de propriedade (tribal, feudal, moderna e capitalista), bem como o desenvolvimento da consciência (individual e social) e mostra como a formação da consciência está relacionada a cada etapa da história dos homens e a cada forma de propriedade.

transforma para ele em meio”. (2001, p. 117). A vida, a vida individual ou a atividade vital transforma-se em mecanismo de satisfação da existência física.

3.1 A alienação do trabalho mediante seu produto.

O primeiro aspecto da alienação aparece com relação ao produto do trabalho. Antes de explicar essa relação específica entre trabalho e produto do trabalho, Marx (2001) chama a atenção sobre diversos elementos envolvidos na relação produtiva (propriedade privada, a separação do trabalho, capital e propriedade agrária, espírito de aquisição, troca e concorrência, valor e desvalorização do homem, monopólio e concorrência) e que compõem um completo sistema de alienação fazendo parte do sistema monetário⁶. Da inter-relação desses fatores é possível entender os aspectos em que a alienação se manifesta, a exemplo da alienação no produto de trabalho.

“O produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, que se transformou em coisa física, é a objetivação do trabalho”⁷ – com essa definição do produto do trabalho Marx (2001) afirma que a alienação do trabalhador no seu produto significa que tanto o trabalho se transforma em coisa, em objeto, como adquire existência externa e independente do trabalhador, configurando-se num poder autônomo em oposição a ele, de modo que o resultado final dessa relação é a *objetivação* do trabalho, na qual o produto (do trabalho) surge como algo estranho e hostil ao seu criador. A objetivação do trabalho é, assim, igual à perda e servidão do objeto pelo trabalhador, de modo que este não se reconhece no que faz.

⁶Ao analisar a estrutura conceitual da teoria marxiana da alienação, Mészáros (1981, p. 91) explica: “A partir da discussão do Trabalho Alienado, Marx segue um plano diferente: o centro de referência de cada questão isolada é agora o conceito de trabalho alienado como a conexão essencial entre toda a gama de alienações e o sistema monetário”.

⁷ Marx (2001, p. 111).

Um fato relevante acerca da objetivação do trabalho é o empobrecimento crescente do trabalhador em proporção direta com o aumento da produção em poder e extensão. Uma vez que a produção é dirigida para a troca e a venda, o trabalho perde o sentido de objetivação real da espécie de modo que a desapropriação do trabalhador ante o produto é imensurável; da mesma forma, o trabalho e o trabalhador quando transformados em mercadorias têm seus valores destinados à manutenção física do trabalhador. O aumento crescente da produção significa para o trabalhador o aumento da perda de seu produto que constitui-se objeto de apropriação de outro; isto por exigência da economia política no sistema do trabalho alienado. A valorização do mundo das coisas e da produção excedente dá-se em detrimento da valorização do mundo dos homens (pensados a partir de sua vida genérica); por consequência, o próprio trabalho e o trabalhador transformam-se em mercadoria, semelhante a qualquer outra:

Com a *valorização* do mundo das coisas, aumenta em proporção direta a *desvalorização* do mundo dos homens. O trabalho não produz apenas mercadorias; produz-se também a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e justamente na mesma proporção com que produz bens. (MARX, 2001, p. 111).

A realização do trabalho no sistema alienado de produção é simultaneamente a objetivação do trabalhador no sentido de perda do seu objeto. O trabalho já não incorpora a realização da atividade produtiva da espécie humana; isto acontece precisamente porque o trabalho se transformou em *coisa*, em mercadoria. O curso “natural” de qualquer mercadoria é sua negociação onde a mesma é submetida a um valor monetário que lhe representa – o capital. Nesta forma de relação de trabalho, na qual o produto pertence aos possuidores de propriedade, o significado do processo material da propriedade privada⁸ é importante para se compreender a

⁸ Marx (2001, p. 110).

alienação do trabalhador no produto de seu trabalho. Tal apropriação do produto por parte dos possuidores de propriedade significa, a alienação do trabalhador perante o produto do trabalho.

Uma vez que tanto o trabalho quanto o trabalhador se constituem mercadorias, nem a mercadoria trabalho pertence a este último, nem o trabalhador, enquanto mercadoria humana, pertence a si. A realização do trabalho submete o trabalhador a um esforço incessante, de maneira que quanto maior for sua produção, mais inatingível lhe será a produção, restando-lhe a privação quase completa dos objetos, mesmo os mais necessários a sua vida; assim, quanto mais realização do trabalho, mais perda do objeto e mais o trabalhador se torna servil ao capital enquanto produto final⁹ da produção. Marx evidencia “que o trabalhador desce até ao nível de mercadoria, e de miserabilíssima mercadoria; que a penúria do trabalhador aumenta com o poder e o volume da sua produção”. (2001, p. 110). A alienação começa no produto frente ao trabalhador e culmina num sistema monetário¹⁰. Nas interfases do processo de alienação, aparecem elementos importantes, como por exemplo, a propriedade privada numa relação direta entre trabalho e capital: “As relações da propriedade privada são o trabalho, o capital e as interconexões entre os dois¹¹”.

A propriedade privada surge como a relação e a consequência necessárias da vida alienada, constituindo-se tanto em instrumento de alienação do trabalho como, e sobretudo, realização da alienação, ou seja, a propriedade privada é a

⁹ Doria: “O produto do trabalho é um bem que será eventualmente trocado por dinheiro em algum estabelecimento comercial, ou que, se o produto for por exemplo uma máquina poderá vir a ser utilizado na indústria. O operário está submetido ao capitalista, desde que ele precisa trabalhar para ganhar um mínimo que lhe permita subsistir. E como o que ele produz se incorporará a quem o escraviza, o objeto que o trabalho do operário produz representa a “perversão e escravidão diante” do operário. O operário, portanto, se aliena em tal sistema de relacionamentos”. (1983, p. 33).

¹⁰ A inter-relação entre o sistema de alienação e o sistema monetário, pode ser encontrada em Doria: “A esta alienação, começando na alienação do produto frente ao trabalhador, e culminando na formação de um sistema monetário, nós vamos chamar de *alienação racionalizante (...)*”. (1983, p. 47).

¹¹ Marx (2001, p. 129).

legitimação da relação estranha do homem com a natureza e com ele mesmo.

De acordo com Marx (2001), somente em estágio profundamente avançado da propriedade privada é possível compreendê-la como consequência do trabalho alienado e da alienação, embora apareça como causa. O ápice de desenvolvimento da propriedade privada se dá no modo de produção capitalista; quanto a isto, vale observar a seguinte passagem: “Do *real* rumo do desenvolvimento (...) seguiu-se a necessária vitória do capitalista, ou seja, da propriedade privada desenvolvida, sobre a propriedade privada subdesenvolvida, imatura, o proprietário agrário”. (MARX, 2001, p. 129).

Tanto o trabalho alienado quanto a propriedade privada concluíram seu processo de desenvolvimento no capitalismo que aperfeiçoou a categoria trabalho assalariado e fez da propriedade privada uma de suas características singular, separando a sociedade em duas classes, como Marx (2001) as define: a dos possuidores de propriedade e os trabalhadores sem propriedade. Estas duas classes são opostas e antagônicas entre si; separam-se pela posição que assim ocupam no sistema de produção: a primeira (possuidores de propriedade) não participa da atividade da produção e a ela pertencem os meios de produção e o direito de posse do produto do trabalho e do capital; a segunda (trabalhadores sem propriedade), sujeito ativo na produção, só possui a força de trabalho que é trocada por salário.

O trabalhador representa não mais que uma mercadoria, um capital vivo que necessita trabalhar sempre mais para não se desvalorizar. Quanto a este fato, Marx adverte sobre a relação trabalho-capital e a perda total da consciência genérica do homem na relação capitalista de produção:

O trabalhador é a manifestação subjetiva do fato de que o capital é o homem absolutamente perdido para si mesmo, assim como o capital é a manifestação objetiva do fato de que o trabalho é o homem integralmente perdido para si próprio. (2001, p. 123).

Evidencia-se, portanto, que a relação capitalista determina o apogeu da apropriação do trabalho, esgotando o trabalho livre; da mesma maneira, a consciência alienada revela-se integralmente na proporção direta em que o trabalhador é obrigado a produzir incessantemente sob pena de seu próprio desaparecimento. Quanto mais o trabalho transforma-se em objeto, menos esse objeto está ao seu alcance, porque o que ele produz passa a ser apropriado por outro (o capitalista). Devido a essa relação, ao realizar o trabalho, o trabalhador se desrealiza; a objetivação do trabalho significa a perda e a servidão do trabalhador perante o objeto e a apropriação do objeto de trabalho é, em síntese, igual à alienação do trabalho. A objetivação e a alienação do trabalho advêm de um fato: a relação que se estabelece entre o trabalhador e o produto do seu trabalho (produto que aparece como objeto estranho ao trabalhador), ou seja, o trabalhador não se reconhece naquilo que ele mesmo criou, deu vida e para o qual despendeu energia. Isto se dá numa gradativa e legítima aceitação dessa relação pelo trabalhador.

Analisando o fenômeno da alienação, chega-se à relação entre homem e natureza¹². O homem surge como parte da natureza, sendo esta sua parte inorgânica. Assim a natureza se inter-relaciona consigo mesma, já que o homem é parte dela - “O homem vive da natureza ou a natureza é seu corpo, com o qual tem de manter-se em permanente intercâmbio para não morrer¹³” – constituindo uma relação de interdependência em que um é parte do outro, significando a universalidade da espécie humana.

Quando esses dois mundos (físico e espiritual) se separam, destrói-se a universalidade do homem e do sujeito dialeticamente

¹² Mészáros insiste: Marx entende a natureza no aspecto antropológico, como bem demonstra: “A abordagem de Marx é radicalmente diferente. Ele não fala simplesmente da alienação do homem em relação à “natureza” como tal, mas fala sobre a alienação entre o homem e a *sua própria* natureza, a “natureza antropológica” (dentro e fora do homem)”. (1981, p. 100).

¹³ Marx (2001, p. 116).

interdependente da natureza; por consequência, a natureza aparece ao homem como imediato meio de vida, como objeto material e instrumento de sua atividade vital.

A natureza compõe o mundo sensível externo do homem; é a esfera onde ele realiza seu trabalho como ser ativo, pois nela ele põe o trabalho em atividade, em movimento; na natureza, o homem se torna vivo e dela extrai o material necessário a sua sobrevivência física e restrita. Dessa relação, decorre a completa dependência do homem da natureza, levando-o a apoderar-se dela de forma imensurável. O problema é que tal apropriação não lhe garante engrandecimento; ao contrário, quanto mais o homem se apropria do seu mundo externo sensível, menos lhe pertencem os meios de sua existência, pois nesta forma de relação, a natureza torna-se objeto de trabalho e, sendo assim, quanto mais o trabalhador produz, menos lhe pertence o produto de trabalho – mais o homem se apodera da natureza, mais ela se torna objeto de trabalho, pertencendo cada vez menos ao homem enquanto seu mundo externo sensível.

A natureza passa a ser meio exclusivo de subsistência imprescindível ao trabalhador, propiciando a ele uma dupla servidão ao objeto: como trabalhador e como sujeito físico. O ponto culminante dessa servidão está em o homem só manter-se como sujeito físico na condição de trabalhador e só é trabalhador na condição de sujeito físico¹⁴.

É sob esta condição que o homem consegue ver-se na natureza, por isso ele a vê como um mundo estranho. Na verdade, a natureza é a expressão exterior sensível do próprio homem, pois ele é o responsável por seu **estranhamento** (perante ele e a natureza).

¹⁴ Pode-se aqui fazer a seguinte analogia: para sobreviver é preciso trabalhar, mas para trabalhar é necessário sobreviver.

3.2 A alienação da produção

Um segundo aspecto originado do trabalho alienado é a alienação que ocorre no seio da atividade produtiva, ou seja, já na alienação do objeto resume-se a alienação da própria atividade do trabalho: “O trabalhador se aliena a si mesmo no próprio ato da produção”¹⁵. Logo, a alienação da atividade prática humana na relação do trabalho com o ato da produção dentro do trabalho, dá-se por via dupla: tanto a atividade é consequência da alienação como a alienação é determinada pela atividade.

O trabalho, sendo exterior ao trabalhador, é indiferente a ele, a sua característica, de maneira que o nega, ao invés de propiciar que, através do trabalho, o trabalhador se afirme genericamente; por isso é “forçoso e enfadonho”, a ponto de oprimir e aprisionar o trabalhador, tornando-se uma atividade não livre, nem espontânea. Diante desta situação, o trabalhador se sente infeliz na atividade produtiva e, de acordo com Marx (2001), o trabalhador não desenvolve livremente suas energias física e mental e se esgota fisicamente, levando à ruína o espírito humano.

Pelo fato de o produto de sua atividade não lhe pertencer, mas pertencer a outro, o trabalhador se desconhece ainda mais na atividade que realiza. A alienação é tão somente o resultado da atividade alienada do homem, é produto dessa forma de trabalho. O trabalhador vivencia a alienação no âmago de “sua produção” pelo fato de que esta sofre um processo de apropriação semelhante à apropriação do objeto do trabalho, ou seja, o trabalhador não produz para realizar-se, e sim, para realizar a outro, às necessidades da produção capitalista, materializada na propriedade privada e na classe dos possuidores de propriedade, o capitalista. Vale reafirmar que, nestas circunstâncias, o trabalho transforma-se em meio de subsistência física dele próprio, como assim afirma Marx: “Assim, o trabalho (...) não constitui a satisfação de uma

¹⁵ Marx (2001, p. 115).

necessidade, mas apenas um meio de satisfazer outras necessidades”. (2001, p. 114).

O que deve ser explicitado é que a alienação não se revela somente no resultado do trabalho (o produto); revela-se também no ato vivo do processo produtivo. Marx (2001, p. 114) faz a seguinte reflexão: “Como o trabalhador poderia estar numa relação alienada com o produto da sua atividade, se não se alienasse a si mesmo no próprio ato da produção? (...) O produto constitui apenas resumo da atividade”.

Para precisar em que consiste a alienação do trabalho, sua base está em que a atividade do trabalhador não é espontânea, pertence a outro, o que significa a perda de si mesmo. O mesmo ocorre na relação do trabalhador com sua atividade: esta resulta em algo distante e estranho ao trabalhador. A atividade é igual à vida, que é igual à energia física e mental, logo trabalho é vida. Porém, se esta atividade é coagida e furtada do trabalhador e independente dele, dirige-se contra ele e nesta relação nem sua própria vida lhe pertence. É o que Marx (2001) denomina de autoalienação¹⁶.

O processo produtivo, portanto, e tudo o que for realizado pelo sujeito ativo da produção – o trabalhador, a classe proletária despossuída de propriedade – não é dirigido a seu favor porque os trabalhadores não determinam e não são os donos da produção. Os trabalhadores exercem a função de “simples” executores no processo produtivo, caracterizando o trabalho como exterior e estranho a quem o realiza. Logo, o trabalho que aliena o homem significa martírio e sacrifício para ele, impulsionando-o a livrar-se do estado de sofrimento em que se encontra submetido, ausentando-se do trabalho sempre que não está coagido, por

¹⁶ É complexo fazer os devidos cortes conceituais de Marx (2001). Neste caso específico, a autoalienação, embora remeta à alienação genérica, está vinculada à alienação que ocorre no ato do processo produtivo. Por este motivo, julgou-se necessário mostrar como o conceito de vida está relacionado, para o autor, ao conceito de atividade, justificando que a autoalienação ocorre vinculada à alienação da produção.

algum motivo, a se fazer presente. Pode-se concluir que o homem trabalhador somente se sente livre, ativo e satisfeito ao desempenhar funções animais, a exemplo de comer, beber e procriar, devido ao fato de ter si perdido de si, da sua espécie.

3.3. A Alienação da vida genérica

A atividade humana diz respeito tanto à vida pessoal como à vida da espécie; neste sentido, o homem se estranha com ele individualmente e com os demais; consoante esta relação, o trabalho alienado embrutece o homem na sua vida genérica, levando-o a uma espécie de volta às condições animais, conforme Marx:

Assim, chega-se à conclusão de que o homem (...) só se sente livremente ativo nas suas funções animais – comer, beber e procriar, quando muito, na habitação, no adorno, etc. – enquanto nas funções humanas se vê reduzido a animal. O elemento animal torna-se humano e o humano, animal. (MARX, 2001, p. 114).

De acordo com Marx (2001), o caráter genérico de uma espécie é traçado pelo modelo de atividade produtiva que determinada espécie realiza. No homem, seu caráter genérico está em sua atividade vital ser livre e consciente; daí que em princípio ele é livre e consciente. A atividade exercida pelos animais¹⁷, por exemplo, ocorre determinada pelas condições necessárias a sua existência e a de seus filhotes; ademais o animal não se diferencia do que faz. Tal comportamento demonstra que o animal não reflete acerca de sua função, não estabelece objetivos para o que realiza, assumindo um caráter mecânico, passivo e irreflexivo; a atividade executada pelos animais é uma atividade conveniente às necessidades da espécie; é rotineira e se esgota nela mesma,

¹⁷ Marx (2001) não faz uso da denominação “animal irracional”. Com o objetivo de não causar qualquer distorção às ideias do autor, optou-se por preservar as denominações originais: homem e animal.

expressando o sentido próprio, natural e genético da espécie, do animal.

A atividade vital do homem é lúcida, uma vez que ele a faz objeto de sua vontade e consciência; além de ele não estar submetido à necessidade física, sua produção livre e criadora lhe permite superar as próprias perspectivas, construindo em conformidade com as leis e a beleza. Pode-se compreender, então, por que o homem é um Ser genérico, pois sua vida é objeto seu; ele vê a si como a sua espécie presente e viva e não, de forma abstrata, isolado dos demais seres da espécie; essa lucidez ante o que realiza faz o homem reconhecer-se como conjunto, como classe.

É certo que a universalidade do homem, por representação da condição genérica do Ser, forma-se sob circunstâncias objetivas do seu mundo. É manipulando a natureza e construindo suas relações práticas que o homem reafirma-se como ser genérico.

O trabalho alienado apresenta-se como vilão essencial da perda da excepcionalidade humana enquanto espécie, ao inverter a relação entre homem, trabalho e natureza. Na esfera da relação original, o homem se realizava no seu trabalho e a natureza se constituía como consequência e objeto último dessa realização, tornando o trabalho a objetivação da vida genérica do homem. Na relação trabalho alienado, o homem não si identifica com a atividade que realiza, distanciando-se da sua natureza inorgânica e da sua vida genérica. Ocorre que a atividade livre e criadora do homem significava sua vantagem sobre o animal; Se ele perde esse elemento de vantagem, iguala-se necessariamente ao animal. A vida produtiva, energia viva, espontânea e consciente transforma-se em meio de subsistência para a vida individual. A atividade vital transforma-se em simples meio de existência do homem, alienando-o de sua espécie, como bem explana Marx:

Já que o trabalho alienado aliena a natureza do homem, aliena o homem de si mesmo, o seu papel ativo, a sua atividade fundamental, aliena do mesmo modo o homem a respeito da *espécie*; transforma a vida genérica em meio da vida individual.

Primeiramente, aliena a vida genérica e a vida individual; depois, muda esta última na sua abstração em objetivo da primeira, portanto, na sua forma abstrata e alienada. (2001, p. 116).

A consequência imediata da alienação da vida genérica é a de que o homem passa a viver em oposição a si próprio e aos demais homens, provocando um total estranhamento entre eles, de modo que o homem alienado de sua espécie, aliena-se da vida humana. É relevante não esquecer o fio condutor desse fenômeno - apropriação do objeto do trabalho - do mesmo modo que toda alienação é uma manifestação da relação que se estabelece entre o trabalhador e seu objeto de trabalho na produção. Quanto a este fato, observa-se: “(...) Na relação do trabalho alienado, cada homem olha os outros homens segundo o padrão e a relação em que ele próprio, como trabalhador, se depara”. (MARX, 2001, p. 118).

A extensão da alienação do trabalho atinge também a esfera espiritual¹⁸ do homem, destacando-se a esfera religiosa. Consoante este raciocínio, Marx (2001) compara a alienação do trabalho, sua objetivação, à relação e à consciência¹⁹ do homem perante o Ser

¹⁸ Löwy (1991, p. 12), ao analisar como o marxismo se posiciona ante à religião, assim o descreve: “Somente mais tarde – e em particular com *A Ideologia Alemã* (1846) – é que começou o estudo estritamente marxista da religião como *realidade social e histórica*. Em outros termos, uma análise da religião como uma das numerosas formas de ideologia, de *produção espiritual* de um povo, da sua produção de ideias, de representações e de uma consciência – necessariamente condicionada pela produção material e pelas relações sociais correspondentes”.

¹⁹ Cumpre registrar que a consciência religiosa, aqui considerada, é a que se desenvolve a partir do trabalho alienado, de acordo com a abordagem feita em Marx (2001). Em “*A Ideologia Alemã*” (1981), é possível verificar a relação entre a produção social, propriedade e consciência religiosa (presente na época da propriedade tribal, sob o rústico desenvolvimento social, material, na qual predominava apenas a divisão espontânea e natural do trabalho, em que o homem é dotado de consciência sensível e imediata sobre o ambiente e com as demais pessoas, que é ao mesmo tempo, sua consciência acerca da natureza). A consciência religiosa aparece aos homens como um poder estranho e poderoso que se opõe a ele. Assim,, o homem se comporta ante a natureza de um modo puramente animal deixando-se amedrontar da mesma forma como o fazem os animais. Esta maneira de compreender a natureza revela-se como uma “*religião natural*”. A religião, conforme Marx (1981), somente se torna elemento de alienação do homem quando este já se encontra alienado do trabalho, da natureza e dele próprio, e isso ocorre com o desenvolvimento da divisão material e espiritual do trabalho em estágio avançado. Assim, não apenas a religião, mas o Estado e a propriedade privada surgem como elementos de realização da alienação humana, sujeitos terceiros para os quais o homem confere seus poderes, sua produção e mesmo seu destino: quando o homem

divinizado –Deus, de maneira que quanto maior é sua devoção a este Ser, maior é a perda de poder de si e de sua consciência: “Quanto mais o homem atribui a Deus, menos guarda para si mesmo” ²⁰. A autoalienação do homem implica, também, autoalienação religiosa cuja consciência o homem constrói um Ser fantástico e “superior” a ele que assume a função de intermediador na relação homem - natureza e homem - espécie humana, afinal: “os deuses são essencialmente, não a causa, mas o produto dos absurdos da inteligência humana” ²¹. O homem alheia-se a sua consciência genérica e transfere poderes a um Ser que lhe é estranho, mas que ao mesmo tempo é fruto de sua criação (como os deuses, na alienação religiosa); porém, como produto final dessa relação, a criação surge nas circunstâncias de criador, tornando-se expressão reveladora de um mundo invertido, de relações invertidas.

Esta inversão de funções que ocorre nas relações produtiva e social, manifestada também na religião, consiste no fato de o homem passar da dominação de sua produção, do seu objeto e dos elementos de sua imaginação ao desconhecimento de si como espécie e a sua negação. O trecho abaixo precisa corretamente essa relação de estranhamento:

Assim como na religião a atividade espontânea da fantasia humana, do cérebro e do coração humanos, reage independentemente como uma atividade estranha, divina ou diabólica, sobre o indivíduo, da mesma maneira a atividade do trabalhador não é a sua atividade espontânea. Pertence a outro e é a perda de si mesmo. (MARX, 2001, p. 114).

A religião já não denota um determinado grau de perplexibilidade humana na busca pela afirmação e reconhecimento de si do homem diante da natureza, dos animais e

encontra-se completamente perdido de si e do seu mundo, busca a religião para anestesiá-lo seu sofrimento.

²⁰ Marx (2001, p. 112).

²¹ Marx (2001, p. 120).

dos demais indivíduos, e sim, o seu distanciamento das suas origens como Ser produtivo e criativo; a religião agora é uma espécie de refúgio, de abrigo ao homem impotente, mutilado; ela constitui-se agora como realização quimérica da essência humana, a representação do homem alienado de si, da sua atividade, que busca reencontrar-se, conferindo a um estranho sua própria atividade. Um ser autônomo e superior “capaz” de lhe proporcionar o prazer e a satisfação espiritual que o trabalho alienado furtou-lhe. A religião assim é definida: “A religião é o suspiro do Ser oprimido, o íntimo de um mundo sem coração e a alma de situações sem alma (...) A religião é apenas o Sol ilusório que gira em volta do homem enquanto ele não circula em torno de si mesmo”²².

A religião não é a única expressão da consciência alienada. A propriedade privada, o Estado²³ e o próprio homem (materializado na figura do capitalista) representam tanto a intensidade da divisão social do trabalho como a autonomização do poder humano. O Estado, por exemplo, aparece inicialmente quando a divisão do trabalho se desenvolveu a tal ponto que se institui na sociedade a contradição entre o interesse público e o privado²⁴, sendo que o primeiro assume uma forma autônoma de poder representado pelo *Estado*. Esta contradição é instaurada a partir do choque mútuo de interesse dos homens entre si, pois a divisão material e espiritual do trabalho fracionou o homem, transformando a sua consciência e condição concreta de Ser universalmente genérico. O indivíduo já não exerce integralmente suas funções como um Ser livre e criador, pois está submetido e

²² Marx (2001, p. 45).

²³ “A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado” é uma obra fundamental para quem deseja compreender, à luz do materialismo histórico, a relação entre estas três instituições político-sociais, a formação e desenvolvimento da consciência humana. Nesta obra o autor faz o resgate histórico das primeiras formas de organização social, destacando a edificação do Estado paralelamente à deformação da consciência genérica do homem.

²⁴Em Marx e Engels (1981, p. 42), os termos utilizados foram, respectivamente, comunitário e particular.

limitado à divisão involuntária das atividades, o que faz da própria ação do homem um poder alheio e oposto que o subjuga, ao invés de ele subjugar-la, isto porque, conforme Marx: “assim que o trabalho começa a ser distribuído, cada homem tem um círculo de atividade determinado e exclusivo que lhe é imposto e do qual não pode sair; (...) se não quiser perder os meios de subsistência”. (1981, p. 43).

Desse novo modelo de relação de produção entre os homens implica a formação de uma consciência na qual predomina a necessidade de cada um individualmente contra as necessidades da comunidade ou vontade geral; é a oposição do homem com ele mesmo, uma vez que os atores em cena real são o homem abstrato e o homem genérico, o choque entre duas consciências antagônicas. Como solução para resolver este conflito de interesses surge o Estado como manifestação ilusória da vontade geral, pois ele representa tanto os interesses particulares de um determinado setor social dominante²⁵ como reforça e legitima essa consciência estranhada do homem e sua condição concreta de indivíduo separado do seu objeto de trabalho, coagido pelo mesmo. Em suma, o Estado²⁶ representa a institucionalização da negação e o aniquilamento do próprio homem e de seu poder unificado voluntariamente; representa a força alheia, externa e indecifrável do homem, que por isso mesmo o domina.

O capitalista, desse mesmo modo, decorre da relação do trabalho alienado e o seguinte questionamento se faz relevante: uma vez o objeto da atividade produtiva encontrar-se separado do trabalhador, a quem este objeto pertence? No capitalismo, o

²⁵ Marx (1981, p. 50) demonstra como o Estado é a “expressão prática-ideológica” do domínio e interesses de uma respectiva classe social.

²⁶ Marx (1981 / 2001) aponta (entre outras), o trabalho remunerado e o salário como consequências necessárias ao produto do trabalho alienado. O salário se identificando diretamente com a propriedade privada. Marx (2001) refuta a concepção de Proudhon que defende a igualdade de salários como antídoto contra a opressão do sistema de trabalho, porém, é a favor da emancipação humana. Entretanto, julgou-se conveniente restringir para a apresentação da presente pesquisa, os elementos acima citados.

capitalista é o sujeito que se apropria do objeto²⁷, mas se encontra fora do processo de trabalho; é a representação ideológica e material da classe possuidora dos meios de produção, bem como da propriedade privada que, para Marx (2001), configura-se como elemento de realização do trabalho alienado. A sobrevivência desse agente social depende da relação alienada do trabalho que, ao separar o trabalho do seu objeto, faz surgir alguém que não participa ativamente do processo de produção, porém que se apropria do objeto de trabalho; isso, entretanto, somente é concebido como algo natural entre os indivíduos quando a consciência alienada e a divisão social do trabalho estão já num alto grau de seu desenvolvimento. O capitalista, portanto, é a representação material e objetiva da consciência humana degenerada que permite ser dominada por forças estranhas, autônomas e exteriores.

Apesar de a alienação não ser apresentada por Marx (1981) em caráter positivo (ao contrário, é apresentada como elemento representativo de degradação da consciência humana), contém em si as condições de sua superação. Em primeira instância, é imprescindível uma condição, que para Marx (2001) é seguramente uma máxima, a de que a libertação do conjunto da sociedade (esta entendida universalmente, ou seja, enquanto espécie genérica) é obra da classe trabalhadora, pois a propriedade privada e a objetivação do trabalho, na qualidade de relações de trabalho, dirigem-se especialmente contra esta classe como instrumentos de mutilação; aqui reside integralmente a base da servidão que se abate sobre a sociedade, determinando que as demais formas sejam apenas expressões dessa primeira opressão, alicerce de todas as outras. Conforme Marx (2001), a libertação da

²⁷ Deve-se entender não apenas o capitalista enquanto classe social, mas sim a própria representação do capital como um dos aspectos da alienação. Sobre isto, Lefebvre (1988, p. 36) reafirma: “Assim, os produtos do homem subtraem-se à sua vontade, à sua consciência e ao seu controle. Assumem formas abstratas, o dinheiro, o capital – que, em vez de serem reconhecidos como tais e de servirem como tais (isto é, como intermediários abstratos entre indivíduos atuantes), convertem-se, pelo contrário, em realidades soberanas e tirânicas (...)”.

sociedade assume a forma de libertação dos trabalhadores enquanto classe, como assim demonstra-se o texto abaixo:

Da relação da propriedade privada com o trabalho alienado percebe-se ainda que a emancipação da sociedade quanto à propriedade privada, à servidão, adquire a forma política da *emancipação dos trabalhadores*; não na acepção de que somente está implicada a emancipação dos últimos, mas porque tal emancipação inclui a emancipação da humanidade como totalidade, uma vez que toda a servidão humana se encontra envolvida na relação do trabalhador com a produção e todos os tipos de servidão se manifestam exclusivamente como alterações ou consequências da referida relação. (MARX, 2001, p. 121).

Há, outrossim, outras condições de superação da alienação, explicitadas por Marx (1981) que se referem ao aspecto econômico e não ao aspecto político, a exemplo da libertação da classe trabalhadora. Estas condições estão relacionadas às forças produtivas e ao modo de produção econômico adotado pela sociedade em sua totalidade. Para isto, é fundamental que a alienação se transforme em uma força e/ou poder insuportável, irresistível, forte o suficiente para que haja uma rebelião estrutural contra o mesmo, o que Marx (1981) denomina por revolução. Esta força, porém somente se torna insuportável²⁸ quando surge uma enorme quantidade de pessoas²⁹ despossuídas de propriedade, afetadas e oprimidas pelo trabalho alienado expropriadas do objeto de trabalho, em antagonismo a um outro mundo em que predomina todo o tipo de riqueza (econômica, cultural, tecnológica etc), o qual só pode construir-se sob um alto grau das forças de

²⁸ Com isto, Marx (1981) não está negando que a alienação já tenha alcançado esse estágio, naquela época. Ele está explicando as várias etapas de desenvolvimento das forças produtivas, demonstrando as circunstâncias reais e históricas de supressão da alienação contra as fictícias e idealistas soluções apontadas pelos novos hegelianos (especialmente Feuerbach com seu materialismo contemplativo), com quem debate nesta passagem da “Ideologia Alemã”.

²⁹ Massa da humanidade “destituída de propriedade” ou massa de operários. (MARX, 1981, p. 45 e 46).

produção em escala mundial³⁰. A edificação desse mundo de riquezas se dá paralelamente à expansão das condições de miséria e empobrecimento dos trabalhadores, também em escala universal. O que é absolutamente relevante e necessário para despertar nos indivíduos a consciência da necessidade de superar as relações alienadas de trabalho, uma vez que favorece uma interdependência universal entre os homens trabalhadores e os faz perceberem-se como classe universalmente oprimida e expropriada de suas mínimas necessidades vitais.

Pode-se extrair dessa explanação que a premissa maior para transformar estas relações de trabalho (relações cuja consequência é o estranhamento do homem) tem espaço histórico determinado, lugar onde a produção seja livre e criadora, onde não se submeta o trabalho humano a uma necessidade capital, comercial e mercadológica; espaço cuja organização social e econômica não permita a transformação da atividade vital humana em meio de existência particular - o Comunismo:

A dependência *integral*, esta forma natural da cooperação *histórico-mundial* dos indivíduos, é transformada por esta revolução comunista no controlo e domínio consciente destes poderes que, gerados da acção dos homens uns sobre os outros, até aqui se lhes têm imposto e os têm dominado como poderes completamente estranhos. (MARX, 1981, p. 49).

A trajetória final da alienação (sob a qual está submersa a sociedade, realizando-se, por um lado, na propriedade privada e, por outro, no deleite da classe capitalista) encontra no proletariado

³⁰ De acordo com Lênin, (é considerado pela autora do trabalho um dos principais continuadores da teoria marxiana) esta fase do desenvolvimento das forças produtivas refere-se ao imperialismo enquanto uma etapa superior ou final do capitalismo, caracterizado pela formação dos trustes, alta concentração de renda e capital financeiro: “O capitalismo é uma imensa acumulação de capital-dinheiro num pequeno número de países, acumulação que atinge, como vimos, 100 a 150 bilhões de francos em títulos. Donde o extraordinário desenvolvimento da classe ou, de forma mais exata, da camada dos rentistas, Isto é, das pessoas que vivem do “corte de cupões de títulos”, que são completamente estranhas à participação em qualquer ato de produção e cuja única profissão é a ociosidade”. (1979, p. 99).

a agonizante negação de si, alcança o ápice de seu desenvolvimento na relação trabalho-capital, reafirmando a alienação como fenômeno estritamente histórico.

As colocações feitas sobre a definição de alienação por Marx (seu desenvolvimento, consequências e implicações, fixando como alicerce a transformação do produto ativo humano em força objetiva acima do controle do homem e alheia ao mesmo) têm se deparado com interpretações que nem sempre adotam os elementos marxianos para explicar sua gênese, construindo-se, pois diferentes interpretações com relação à teoria da alienação de Marx. O próximo capítulo apontará uma dessas interpretações contemporâneas, cujo autor escolhido foi o filósofo Erich Fromm.

As implicações do conceito de alienação para a contemporaneidade - Erich Fromm: a influência frankfurtiana e psicanalítica

Este capítulo está dedicado à exposição de alguns elementos do pensamento de Erich Fromm, no que concerne a sua compreensão acerca do conceito marxiano de alienação. Analisa-se primeiro a integração de Fromm à Escola de Frankfurt e a influência que esta exerce em suas formulações, depois, a ideia de Fromm sobre a alienação, destacando o enfoque psicanalítico com que interpreta o fenômeno e a defesa sobre a necessidade de integrar a psicanálise à teoria marxiana da alienação. No último momento, explicita-se a relação estabelecida pelo autor entre a alienação, os instintos reprimidos e a consciência alienada, contrapondo-se ao conceito de alienação de Marx e, finalmente, analisa-se o caráter inconciliável entre as duas teorias.

Conhecer a avaliação de Fromm sobre a alienação exige a contextualização sobre o surgimento e desenvolvimento da Escola de Frankfurt, como também contextualizá-lo na Escola que foi berço de suas fundamentações.

A derrota da Revolução Russa de 1917 ocasionada pela ascensão, desenvolvimento e hegemonia da burocracia stalinista, controlando seus acontecimentos (seria de fato a primeira revolução com base nas ideias marxianas) proporcionou a um setor dos intelectuais marxistas da época a angústia e a desconfiança ante o mundo comunista, visualizado até o momento como o propiciador para a liberdade do homem e suas potencialidades; por outro lado, criou a necessidade de repensar o

materialismo histórico e suas categorias. Inclui-se aqui a preocupação com o conceito de homem, de produtividade, liberdade, preocupação com a origem dos conflitos humanos e com a questão da alienação (conceito que precisa ser repensado), pois ela continuava a existir no mundo livre da opressão de uma classe sobre a outra e da exploração do trabalho – da vida alienada. Esse mundo seria certamente a nascente União Soviética pós-revolução de 1917. Em outras palavras, a Revolução Russa proletária e o Comunismo não foram capazes de propiciar a plena realização do homem e a superação dos principais problemas sociais.

Não somente a situação na ex-União Soviética, as frustradas perspectivas de vitória desse modelo de revolução no Ocidente europeu e Alemanha, principalmente, também as complexidades do mundo industrializado surgem como elementos suficientes para novas reflexões e teorias sobre o problema do Ser e sua existência, desta vez com um ingrediente teórico a mais: a Psicologia Social sob a vertente psicanalítica. Esse panorama histórico, político e social favoreceu o surgimento da Escola frankfurtiana, de acordo com Bottomore (1988, p. 127):

A gênese da Escola de Frankfurt, na Alemanha das décadas de 1920 e 1930, é inseparável do debate sobre o que constitui o marxismo ou sobre o alcance e o significado de uma teoria concebida com uma intenção prática: a crítica e a subversão da dominação em todas as suas formas. Para compreender os eixos em torno dos quais se desenvolveu o pensamento da Escola de Frankfurt, é essencial apreciarmos os turbulentos acontecimentos que constituíram o seu contexto: a derrota dos movimentos proletários de esquerda na Europa Ocidental após a Primeira Guerra Mundial, o colapso dos partidos de massa de esquerda na Alemanha, que se transformaram em movimentos ou reformistas dominados por Moscou, a degeneração da Revolução Russa com o STALINISMO e a ascensão do FASCISMO e do nazismo. Esses acontecimentos suscitaram questões fundamentais para aqueles que se inspiravam no marxismo mas estavam dispostos a reconhecer como eram enganosas e perigosas as concepções dos

que sustentavam que o socialismo era uma tendência inevitável do desenvolvimento da história (...).

Assim, dentro do contexto no qual se inseria a sociedade da época, a Escola frankfurtiana analisou os problemas com o objetivo de formular uma teoria crítica da sociedade, inserindo em seus estudos a preocupação com a formação da identidade individual. Para tanto, seriam necessários estudos em psicologia social - uma teoria psicológica crítica que pudesse estar em conformidade com o marxismo e auxiliasse na formação do indivíduo crítico. Fromm (SLATER, 1978) assume a tarefa de pesquisar uma teoria psicológica que se adequasse ao marxismo, já que constituía uma das preocupações centrais da Escola a busca por uma teoria crítica da sociedade. A tarefa é concluída e o resultado é apresentado como o trabalho da Escola que decide pela psicanálise como teoria psicológica próxima ao marxismo. Juntas, essas duas teorias permitiriam à Escola a elaboração de uma teoria crítica da sociedade. O certo é que materialismo histórico se firmava como aporte das ideias frankfurtianas.

A opção pela Psicanálise ocorreu porque ela tinha como um de seus objetos de preocupação entender e caracterizar o indivíduo, seus conflitos, bem como a formação da personalidade; mas não o indivíduo qualquer e sim aquele da sociedade capitalista industrial, assim: “Valendo-se de vários conceitos da psicanálise, os teóricos da Escola de Frankfurt estudaram a maneira pela qual a sociedade constitui o indivíduo, produzindo tipos de caráter social”. (BOTTOMORE, 1988, p. 130).

A partir da abordagem psicanalítica freudiana, Fromm fez o reexame do marxismo e do conceito de alienação, incorporando a aplicação da Psicanálise nas análises marxianas, uma vez que ela estudava especificamente os distúrbios, perturbações e perplexidades psíquicas-emotivas sofridas pelos indivíduos no mundo contemporâneo pós-Marx. Fromm, que já participava dos estudos realizados pela Escola nesta área, foi convidado a realizar

uma outra pesquisa, específica da obra de Freud como bem demonstra Slater (1978, p. 142): “O membro da equipe de Horkheimer designado para a tarefa de propor e realizar a integração da obra de Freud na teoria crítica da sociedade foi Fromm”. Através dessa pesquisa ele se esforçaria para evidenciar o aspecto social, materialista e histórico da Psicanálise.

À teoria freudiana dos impulsos Fromm agregou as referências de Marx sobre os instintos humanos comparando-os aos impulsos freudianos, concluindo que esses impulsos se apresentam no homem conforme a forma de sociedade na qual está inserido, representando os desejos e necessidades dos indivíduos em cada sociedade. Na sociedade alienada, a consciência (alienada) significa o reflexo de forças ocultas - os instintos, que foram reprimidos e jogados no campo da escuridão, devido ao processo de alienação na sociedade de classes.

Desta forma, Fromm pretende mostrar duas coisas: a afinidade entre a Psicanálise e o conceito de alienação de Marx e o efeito psíquico da alienação, coisa que (conforme Fromm) o marxismo não pôde ver. Sustenta Slater (1978, p. 144): “Fromm esforça-se para revelar o efeito psíquico dessa alienação; o fator chave é a peculiaridade do impulso sexual”. Fromm relaciona o impulso sexual diretamente com a alienação, uma vez que tal impulso ou necessidade pode ser tanto modificado, como satisfeito por elementos fantasiosos, a exemplo da ideia de um Deus, ou seja: “A fome do homem só pode ser satisfeita por comida; seu desejo de ser amado, no entanto, pode ser satisfeito por fantasias sobre um Deus bom e amoroso...”. (SLATER, 1978, p. 144). O impulso sexual tem uma função acomodativa, ajustando-se facilmente a outros objetos de realização, não se satisfazendo necessariamente com seu objeto primário. Por isso, ele contribui para a manutenção da alienação no indivíduo. Este “efeito psíquico da alienação” a teoria marxista não teria conseguido enxergar. Outro elemento fundamental levantado por Fromm é o problema da consciência, muito bem explicado nas palavras de Slater (1978, p. 144):

Para Marx, essas forças eram exatamente os instintos, as necessidades e as capacidades produtivas do homem, elas se tornaram “ocultas” porque essas forças humanas assumiram um aspecto alienado e reificado na sociedade de classes.

O efeito psíquico da alienação e a consciência como um reflexo de forças ocultas, elementos explicados por Fromm, configuram-se novos ao conceito de alienação de Marx (2001). Este assunto será retomado.

A pretensão de Fromm é aplicar a teoria psicanalítica ao marxismo (este é para Fromm uma forma de humanismo); por ser teoria humanista, necessita como complemento das conclusões psicanalíticas, conforme ele próprio argumenta:

O marxismo é um humanismo e o seu objetivo é o pleno desabrochamento das potencialidades do homem; não o homem deduzido a partir das suas ideias ou da sua consciência, mas o homem com as suas propriedades físicas e psíquicas (...). (FROMM, 1976, p. 235).

Sendo assim, o problema da alienação só pode ser amplamente compreendido a partir de sua dimensão psíquica, com o estudo de elementos como: a idolatria, o narcisismo, a depressão, o fanatismo etc. Para Fromm (1962) sua devida compreensão, exige também a experimentação desses elementos psicológicos, por isso o argumento de que o marxismo precisa da psicanálise para entender o fenômeno da alienação, uma vez que a teoria marxista não visualizou os elementos psicológicos nos indivíduos, nas palavras do filósofo:

Penso que ninguém pode falar significativamente da alienação a não ser que a tenha experimentado em si e nos outros. Além disso, deve examinar o fenômeno da alienação na sua relação com o narcisismo, a depressão, o fanatismo e a idolatria (...) A psicanálise possui todos os instrumentos para realizar semelhante tarefa. (FROMM, 1976, p. 255).

Fromm, de acordo com o exposto acima, reafirma que a teoria de Marx e suas análises devem estar relacionadas à psicanálise humanista para compreender os fenômenos em sua totalidade. A alienação constitui um desses fenômenos. De acordo com o método psicanalítico que define a matriz caracterológica dos grupos ou classes, a análise da alienação implica, inclusive, sua observação e experimentação; não obstante, para Fromm (1976), a alienação deve ser entendida como uma propriedade psíquica e não apenas como atividade que se impõe sobre o homem objetivamente de maneira forçosa, estranha e independente (MARX, 2001).

No próximo tópico, tem-se uma tarefa delicada, (depois da exposição da interpretação de Fromm sobre o conceito marxiano de alienação): clarificar em que a interpretação de Fromm se distancia do pensamento marxiano referente à alienação.

4.1 Marx e Fromm

Para estabelecer a separação entre a interpretação de Fromm e o conceito de alienação em Marx, deve-se considerar a ideia de Fromm (1976) que define a alienação de forma subjetiva e individual, podendo ser entendida como um desejo ou uma vontade controlada pelo indivíduo uma vez que “ninguém pode falar significativamente da alienação a não ser que a tenha experimentado em si e nos outros”. (FROMM, 1976, p. 255). Mas, para Marx (2001), a alienação é tratada como um fenômeno de ordem social, de base material que afeta a forma de existência, sobretudo nas classes oprimidas.

A perspectiva psicanalítica adotada por Fromm analisa o homem; ao mesmo tempo a alienação passa a ser vista como algo que afeta o homem em geral, sem relação com a classe social a qual pertence. Esta compreensão advém da análise de Freud que generaliza o conceito de homem, conforme Slater (1978, p. 147):

Mas, infelizmente, a análise de Freud do homem contemporâneo (ou melhor, do homem classe média) é apresentada pelo próprio Freud como a descrição do “homem”. Conseqüentemente, não há lugar para uma diferenciação consciente entre a sociedade de classes e a sociedade sem classes; sem falar entre as próprias classes. A alienação torna-se, como em Hegel, um aspecto integral da vida material (...).

O Materialismo Histórico enxerga o homem contextualizado em uma determinada classe social, constituindo-se expressão viva da consciência de sua classe, ou seja, a noção de homem da teoria marxiana é de Ser prático e objetivo.

O marxismo visto como teoria humanista que supervaloriza o homem reafirma o método psicanalítico que cada indivíduo tome consciência dos seus desejos reprimidos desde a infância, para se libertar deles; afinal, a alienação é o reflexo de “forças ocultas” ou instintos reprimidos do homem¹. Fromm (1962/1976) adota os conteúdos das teorias humanista e psicanalítica para explicar a alienação, propiciando um corte com Marx (2001), pois, em primeiro lugar, para essas teorias, o homem é o elemento fundamental concebido de forma abstrata; para o Materialismo Histórico, o elemento determinante é a história, o homem é visto através do processo histórico. Para a psicanálise, o mais importante é ajudar o conflituoso homem da sociedade contemporânea a reencontrar-se com seu Eu para bem conviver com os paradoxos da atual sociedade.

Vale conferir como Fromm (1962) reafirma o legado das teorias humanista e psicanalítica (que o homem é entendido de forma geral independente de sua origem social) o qual radica numa mudança substancial ao conceito de alienação:

Assim como Kierkegard estava interessado na salvação do indivíduo, também Marx estava, e sua crítica da sociedade

¹ Slater (1978, p. 144).

capitalista não é dirigida contra seu processo de distribuição da renda, mas contra seu modo de produção, sua destruição da individualidade e sua escravização do homem – trabalhador e capitalista – por coisas e circunstâncias feitas por êle próprio. (FROMM,1962, p. 55). (Grifo nosso).

Uma primeira diferença que implica no conceito marxiano de alienação, expressa nesta citação, diz respeito à afirmação de que Marx não estava preocupado em criticar a distribuição de renda na sociedade capitalista. Porém, ao ser a alienação (MARX, 2001) um problema que surge a partir das relações estabelecidas no trabalho alienado, pois o trabalho é expressão das formas produtivas e da distribuição de renda de cada sociedade, Marx não só se dedicou a entender a forma de distribuição de renda da sociedade capitalista, como (e sobretudo) estabeleceu relação entre alienação e estrutura econômica do capitalismo. Este é o motivo de sua dedicação ao estudo da economia política, escrevendo, inclusive, obras como “O Capital”, “Salário, preço e lucro”, no “Primeiro e Terceiro Manuscritos” onde descreve os seguintes tópicos: Salário do trabalho, Lucro do capital, Renda de terra, Propriedade privada e trabalho, Dinheiro. Desta forma, entender o conceito de alienação em Marx pressupõe compreender as relações sociais.

Percebe-se que Fromm (coerente com a influência psicanalítica que herdou) concebe o homem de forma generalizada, não na acepção de homem genérico (MARX, 2001), mas na acepção daquele que é visto independente de sua classe social, concluindo que a alienação escraviza e aprisiona todo e qualquer homem. Esta concepção de Fromm (1962) leva à conclusão de que a alienação na sociedade capitalista aprisiona o homem capitalista do mesmo modo que o homem trabalhador.

Fromm parece desconsiderar um elemento fundamentalmente norteador em Marx: o problema concreto da divisão social de classes, seja nas sociedades capitalistas ou não, mas sobretudo na capitalista. Se o mesmo elemento aprisiona e

destrói a liberdade de sujeitos sociais antagônicos e estranhos um ao outro, na essência e nas condições reais de existência esses sujeitos são apenas um e, por consequência, têm os mesmos objetivos, anseios e funções dentro da sociedade na qual estão inseridos. Para Marx (2001), a alienação não é algo que “escraviza”² o homem capitalista. Ela é a condição objetiva de existência do homem trabalhador que sofre com as circunstâncias escravizantes e aprisionadoras do trabalho alienado. O homem capitalista, em oposição, se compraz e realiza-se no que para aquele é a negação de si e de sua espécie. Confirme-se através da seguinte passagem: “... Se a sua atividade constitui para ele um martírio, tem de ser fonte de deleite e de prazer para outro” (MARX, 2001, p.119).

A questão precípua está em como a alienação é recebida por uma ou outra classe, como ela afeta este ou aquele homem. Para o homem capitalista, detentor dos meios de produção (que sustenta sua classe ideológica e materialmente, a partir da exploração do trabalho) a alienação é uma forma de felicidade, de gozo e de liberdade, possibilitando a realização de seus desejos e ansiedades. Mas essa mesma condição de prazer e liberdade não se estende ao homem da classe proletária, vivendo em circunstâncias opressoras e mesquinhas, tornando-se mutilado e incompleto, aproximando-se mais de um animal do que de um homem, como corretamente Marx (1987, p. 37) explica:

A classe dominante e a classe proletária evidenciam a mesma alienação de si do homem. No entanto, a primeira se sente à vontade nesta alienação; ela aí encontra uma confirmação, ela reconhece nesta alienação seu *próprio poder*, possuindo nela a aparência de uma existência humana; a segunda, se sente destruída nesta alienação, vendo aí sua impotência e a realidade de uma existência desumana.

² O destaque em aspas é para lembrar ao leitor que o termo é de Fromm (1962).

Observa-se que a alienação não é unilateral, assim como o que define a existência do homem capitalista é o fato de ele se encontrar fora do processo de trabalho - Senhor do Trabalho - e, sob tal condição, ele segue se apropriando e usufruindo daquilo que não produz. Assim define Marx (2001, p. 120): “A relação do trabalhador com o trabalho acarreta a relação do capitalista (ou qual seja o nome que ao senhor do trabalho³ se quiser dar) também”. Para Marx (2001), a alienação provém do trabalho alienado e por isso é incompatível a ideia de o homem da classe capitalista se sentir oprimido e infeliz com a alienação que se abate sobre o homem trabalhador. Somente pela aceção de “homem em geral”, compreendido acima das classes sociais, a explicação de Fromm (1962) torna-se compreensiva.

Deve-se somar essa ideia à teoria da consciência como reflexo de forças ocultas (abordada anteriormente), pois, sob o alicerce desta mesma teoria, Fromm (1976) se esforça para construir um elo psicanalítico entre a abordagem marxiana da alienação e os instintos primitivos do homem. Trata-se do distanciamento em relação à ideia marxiana, conceituar a alienação como um aspecto psicológico ou uma expressão instintiva reprimida do indivíduo, primeiro porque transmite a imagem de que a alienação é algo presente no homem de forma isolada e subjetiva, depois por traduzir a consciência humana enquanto uma característica geral e abstrata e não como uma consequência histórica das formas de propriedade e forças produtivas; não explica como e por que forma-se a consciência, os tipos de consciência ou como o fenômeno ocorre nas sociedades.

O homem em condições alienadas “padece de amnésia” ante a consciência de si e ante a consciência de classe para si. Mas a alienação é a representação e a expressão material de uma dada forma de consciência; ela é objetiva, é um fato, uma condição real de existência originada pela maneira concreta e o caráter do

³ O sublinhado é meu.

trabalho forçado e opressor. É sob estas circunstâncias de trabalho (o que por si só é um fato concreto) que escapam ao desejo deste ou daquele indivíduo que surge o alheamento e o estranhamento do homem proletário com ele e com seu mundo, fruto de autocriação. Logo, não cabe ver a consciência e a alienação como algo particularizado nos indivíduos, subjetivamente, sobretudo no que se refere à consciência que se materializa na ação dos homens refletindo a sociedade vigente. Sobre isto, argumenta Marx (1981, p. 39):

A consciência é, pois, logo desde o começo, um produto social, e continuará a sê-lo enquanto existirem homens. A consciência, naturalmente, começa por ser apenas consciência acerca do ambiente sensível imediato e consciência da conexão limitada com outras pessoas e coisas fora do indivíduo que se vai tornando consciente de si; é, ao mesmo tempo, consciência da natureza, a qual a princípio se opõe aos homens como um poder completamente estranho, todo-poderoso e inatacável, com o qual os homens se relacionam de um modo puramente animal e pelo qual se deixam amedrontar como os animais; e, portanto, uma consciência puramente animal da natureza (religião natural).

Percebe-se a relação direta entre consciência, forma de sociedade e consciência enquanto ação humana, demonstrando não o aspecto concreto e prático da consciência, inclusive a recíproca relação entre consciência e sociedade, uma determinando a outra. Neste caso específico, a consciência (uma forma de religião natural), reflete que está em formação acerca da Natureza e do homem.

Assim, os três elementos suscitados por Fromm (1962, 1976) ao interpretar o fenômeno da alienação: a acepção de que a alienação atinge o homem de forma geral independente das classes sociais; a aplicação da psicanálise no conceito marxiano da alienação (através da relação entre os instintos reprimidos do homem) e a consciência alienada este último elemento caracterizando um reflexo de forças ocultas, são importantes para

despertarem o interesse pela leitura crítica sobre o contexto marxiano da alienação, mas também e felizmente, contribuirão para evidenciar a opção ao conceito marxiano.

Fromm apela para a incorporação da psicanálise humanista e dialética ao marxismo, por julgá-lo limitado e restrito às análises econômicas:

Os marxistas supuseram habitualmente que o que atua por detrás do homem e o dirige são as forças econômicas e as suas representações políticas. O estudo psicanalítico mostra que semelhante conceito é demasiado restrito. A sociedade é formada por homens e cada homem encontra-se equipado com um potencial de pulsões instintivas, desde as mais arcaicas às mais progressivas. (FROMM, 1976, p. 252).

Todavia, a natureza histórica do materialismo dialético impossibilita a leitura subjetiva e psicológica da alienação que constitui elemento objetivo nas sociedades em que a divisão do trabalho já é complexa e nas sociedades que apresentam a divisão das classes sociais, como assegura Marx (2001, p. 111):

Temos agora de entender a conexão fundamental entre todo este sistema de alienação – propriedade privada, espírito de aquisição, a separação do trabalho, capital e propriedade agrária, troca e concorrência, valor e desvalorização do homem, monopólio e concorrência, etc. – e o sistema do dinheiro.

Cabe ressaltar que o Materialismo histórico-dialético entendeu o fenômeno da alienação apoiando-se na história, nos fatos e não nas particularidades defendidas pelas teorias psicológicas. No estudo sobre a formação da personalidade e as pulsões do homem, os conflitos existenciais nos indivíduos não devam ser desprezados, ao contrário, a Psicologia social tem contribuído, junto às ciências humanas e sociais, para compreender a natureza do homem e os problemas que o atinge. Traçar o perfil caracterológico de um grupo ou comunidade,

entender os desvios comportamentais no interior de uma sociedade, como a loucura e esquizofrenia, é um trabalho relevante, inclusive, aponta uma nova hipótese para o problema da alienação, tendo em vista que, de acordo a explicação frommiana, suas raízes são psicológicas.

Considerações finais

Concluir um trabalho implica retomar em parte as discussões apresentadas ao longo dos capítulos, sintetizando-as. Desse modo, para analisar o fenômeno da alienação em Karl Marx é imprescindível a compreensão de seus precursores acerca do fenômeno (alienação), sobretudo a compreensão de Hegel (1985) e de Feuerbach (1994), pois Marx absorve destes algumas de suas categorias.

Para Hegel (1985), a alienação está circunscrita à teoria idealista do mundo e da relação sujeito-objeto, caracterizando-a como o “movimento abstrato, autônomo e determinado do espírito que se estranha consigo, mas que se supera retornando a si, na condição de autoconsciente”; Feuerbach (1994), reabre uma consciência já cansada – o idealismo,¹ quando reafirma seu ideal de “homem” apenas como objeto sensível separado da atividade humana sensível – a realidade; com isto, não concebe o mundo sensível como totalidade da atividade sensível viva dos homens; da mesma maneira, a autoalienação religiosa é explicada através da separação do mundo em dois mundos distintos. Em outras palavras, Feuerbach (1994) reconhece o homem corpóreo, individual, real somente no sentimento, não o reconhece nas outras relações humanas; ele compreende o mundo e o homem idealizados.

O processo de alienação para Marx (2001) se resume no homem, instaurando-se a partir de então uma diferença de

¹ Labica (1990, p. 185).

método, de conteúdo, de conceito entre o idealismo hegeliano (também dos jovens hegelianos) e o marxismo, para o qual o homem é prático, social e histórico, determinado por suas relações; portanto, não se explica a alienação humana somente pela consciência ou autoconsciência. Ela é um fato: é a negação da vida ativa do homem.

Marx (2001) não nega Hegel (1985) exatamente; ele absorve seus ensinamentos, superando-o por reconhecer na teoria hegeliana uma restrição idealista metodológica que impossibilita explicar o processo de estranhamento do homem, pois sendo a alienação o fenômeno que revela o desdobramento do espírito, o indivíduo, nesta perspectiva, é espírito especulativo.

Marx (2001) interpreta o itinerário percorrido pelo espírito especulativo à luz do materialismo histórico, substituindo as categorias abstratas hegelianas pela relação *concreta* entre homem, trabalho e natureza, mostrando o conflito objetivo do homem com ele próprio, através de sua atividade produtiva alienada. Sob este aspecto, a alienação surge como particularidade da espécie humana; do mesmo modo, sua superação ocorre sob condições práticas de abolição desse modelo de relação do trabalho e não, como pensava Hegel (1985), por um retorno subjetivo do espírito que se torna autoconsciente.

Superar a alienação é o caminho necessário para o reencontro do homem com ele mesmo, o que significa transformar a atividade social produtiva, produto social, em poder social a favor dos homens sob seu domínio; transformar a cooperação forçada que faz do poder do homem uma força alheia exterior a ele, em cooperação voluntária e em seu próprio poder unificado.

O juízo marxiano acerca da alienação localiza o trabalho alienado como fator determinante para seu surgimento e, embora a alienação assuma formas variadas, encontra no trabalho alienado sua expressão máxima. Com base nesta fundamentação, questionam-se outras compreensões contemporâneas da alienação referente a Fromm (1962, 1976). Para ele, a alienação está

determinada por elementos psíquicos e não por elementos históricos e econômicos; na verdade, estes elementos históricos e econômicos são secundários em relação aos psíquicos.

Embora a teoria marxiana esteja bem presente na literatura de Fromm (1962), a influência frankfurtiana e psicanalítica o levaram a abstrair o fenômeno da alienação de forma subjetiva e psicológica, comparando-o, inclusive, a outros fenômenos como a depressão, o narcisismo, o fanatismo e a idolatria, ou seja, Fromm (1976) busca em todos estes fenômenos uma motivação psicológica subjetiva para explicá-los; por esta razão, sugere a incorporação da psicanálise à teoria marxista a fim de que esta se torne suficientemente completa, porém, nem a alienação constitui para Marx algo subjetivo, individualizado ou principalmente um fator psicológico² nem poderia o marxismo enveredar pelo caminho proposto por Fromm (1976) para explicar a alienação, na medida em que se descaracterizaria metodologicamente e, por consequência, suas definições. Marx (2001) concede à alienação um sentido novo e preciso que a desembaraça de qualquer interpretação mística, metafísica e de qualquer hipótese possível de remetê-la a ideias como: a falta, a queda, o pecado, o mal³ etc. A base de sua explicação está no trabalho alienado; entretanto, examinar a alienação na perspectiva marxiana suscitou pelo menos duas inferências: a) apreender o significado da alienação para Marx passa por entendê-la a respeito dos filósofos antecedentes e posteriores a ele, corroborando com a ideia de excentricidade do conceito; b) o capitalismo reafirma a condição alienada da humanidade ao mantê-la submetida a condições físicas e intelectuais embrutecedoras, animais, através da exploração de classe do trabalho e pela ganância

² “A alienação do homem não se define em termos religiosos, metafísicos ou morais (...). Não se verifica apenas no plano das ideias e dos sentimentos; ela é também, e principalmente, prática, aparecendo em todos os domínios da vida prática. O trabalho está alienado: escravizado, explorado, convertido em fastidioso, humilhante”. (LEFEBVRE, 1988, p. 36).

³ Lefebvre (1988).

burguesa que só sobrevive por causa do processo prático de sucção da energia do trabalhador.

Pela complexidade em que está inserida a questão da alienação (aqui refletida) e, ao mesmo tempo, por concluir preliminarmente sobre interpretações distintas acerca do conceito de alienação de Marx (2001), faz-se relevante dar continuidade e aprofundamento ao seu estudo, apontando-se outros ângulos sobre o fenômeno; para isto, pretende-se dar continuidade à pesquisa através de Mészáros (1981) com sua teoria da alienação.

Referências

- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos do Estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- ALVES, Rubem. **O que é religião?** São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- BASBAUM, Leôncio. **Alienação e Humanismo**. São Paulo: Global, 1982.
- BOBBIO, Norberto. Et al. **Dicionário De Política**. Editora Universitária de Brasília: Brasília, 1995.
- BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.
- ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. São Paulo: Global, 1984.
- ENGELS, Friedrich. Ludwig Feuerbach e o fim da Filosofia Clássica Alemã. MARX, K. & ENGELS, F. **Obras Escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.
- DORIA, Francisco Antônio. **Marcuse - Vida e Obra**. Brasil: Paz E Terra, 1983.
- FEUERBACH, Ludwig. **A essência do cristianismo**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1991.
- FROMM, Erich. **Humanismo Socialista** (org.). Lisboa: Edições 70, 1976.
- FROMM, Erich. **Conceito Marxista Do Homem**. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.
- HEGEL, G.W.F. **Fenomenologia del espíritu**. Madri: Fondo de Cultura Econômica, 1985.
- HEGEL, G. W. F. **Princípios da Filosofia do Direito**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

HEGEL, G. W. F. **Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

INWOOD, Michael. **Dicionário Hegel**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

LABICA, Georges. **As “Teses Sobre Feurbach” De Karl Marx**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

LEFEBVRE, Henri. **Sociologia de Marx**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1979.

LEFEBVRE, Henri. **O Marxismo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A., 1988.

LENIN, Vladimir Ilich. **O imperialismo: fase superior do capitalismo**. São Paulo: Global, 1987.

LENIN, V.I. **Materialismo y empiriocriticismo**. Moscou: Editorial Progresso, 1979.

LENIN, V.I. **Os cadernos sobre a dialética de Hegel**. Lisboa: Editorial Minerva, 1975.

LESSA, Sérgio. Lukács E A Ontologia: Uma Introdução. **Revista Outubro**, N 5, São Paulo, 2001.

LOWY, Michael. **Marxismo e Teologia da Libertação**. São Paulo: Cortez, 1991.

LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe: estudo de dialética marxista**. Rio de Janeiro: Elfos, 1989.

MARX Karl e ENGELS Friedrich. **A Ideologia Alemã - “Teses Sobre Feuerbach”**. Lisboa: Avante, 1981.

MARX, K. & ENGELS, F. **Obras Escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega, 3vs, 1982.

MARX Karl e ENGELS Friedrich. **A sagrada família**. São Paulo: Moraes, 1987.

MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Difel, 1987. Livro 1, Vol. I.

MARX, Karl. **Manuscritos Económico-Filosóficos**. São Paulo: Martim Claret, 2001.

MENDES, Rita. Et al. Alienação e Socialismo. **Revista Outubro**, N 5, São Paulo, 2001.

MÉSZÁROS, István. **Marx: A Teoria da Alienação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

SCHATZ, Oskar & WINTER, Ernst Florian. Alienação, Marxismo e Humaninismo (Um ponto de vista cristão). In: FROMM, Erich. **Humanismo Socialista** (org.). Lisboa: Edições 70, 1976.

SLATER, Phil. **Origem e significado da escola de Frankfurt**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.